

# POVO LIVRE

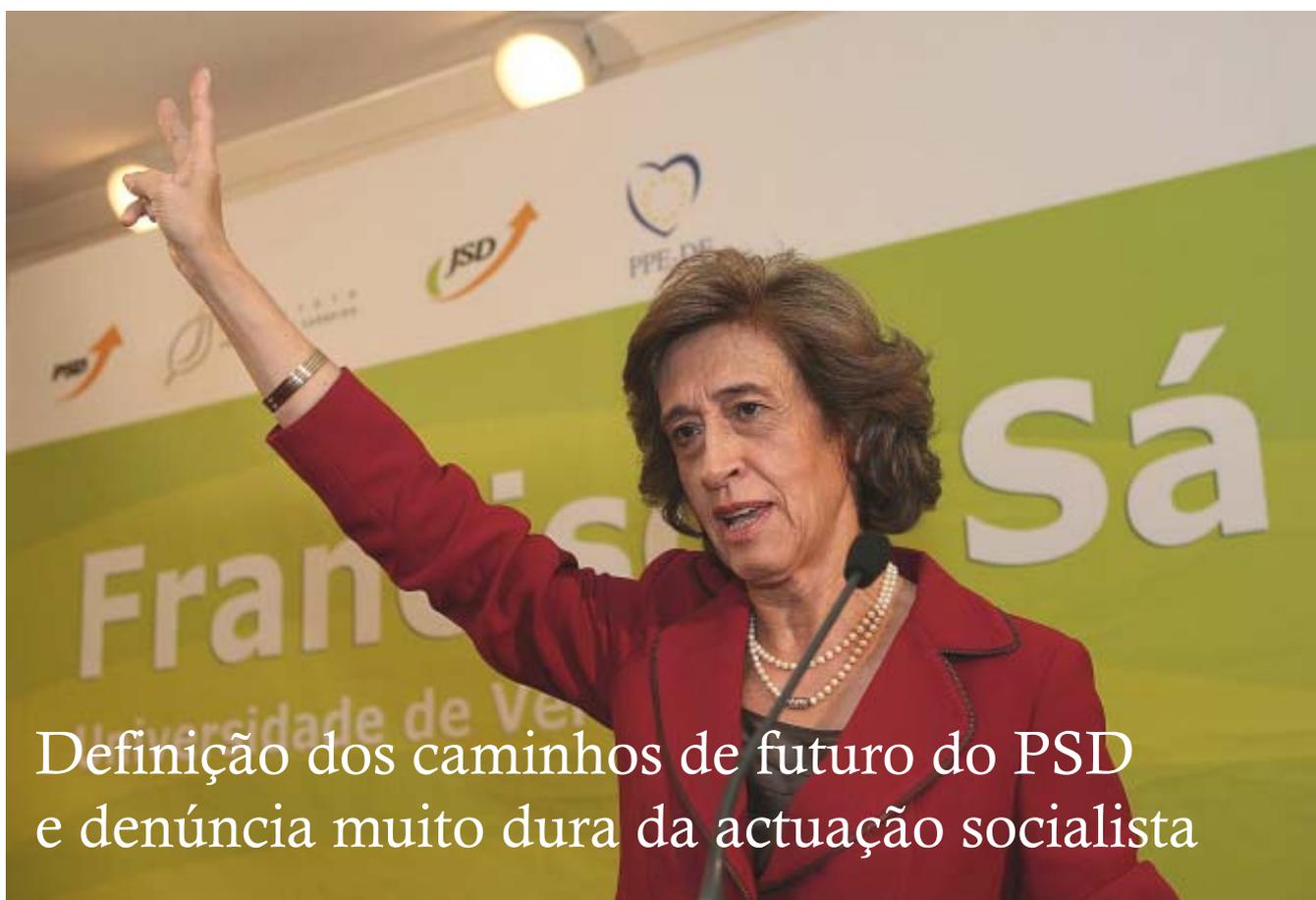
Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

## “Rentrée” política do PSD com discurso na UV/2008



Definição dos caminhos de futuro do PSD  
e denúncia muito dura da actuação socialista

### Destaques

· Chegou o momento de ficar claro o abismo entre o discurso oficial e a dureza do dia a dia

Pag 2 e seguintes

· Governo “falhou” na reforma da Segurança e da Administração Pública

Em «Actividades do PSD»

· Universidade de Verão de 2008 – todas as actividades, dia –a-dia

Leia em «U.V. – 2008»

· “Buracos Negros” do Governo Sócrates

Leia em «Artigo de Opinião»

“Rentrée” política do PSD com discurso na UV/2008

# Definição dos caminhos de futuro do PSD e denúncia muito dura da actuação socialista

A Presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, proferiu o discurso de «rentrée» política social-democrata, durante a sessão de encerramento da Universidade de Verão Francisco Sá Carneiro.

Manuela Ferreira Leite, cujas palavras eram esperadas, não apenas pelo nosso Partido, como por toda a Nação, afirmou:

«É com muito gosto que me encontro hoje aqui a encerrar os trabalhos desta Universidade de Verão e que será também simbolicamente o início deste ano político.

A Universidade de Verão, agora na sua 6ª edição, é já uma imagem de marca na vida do nosso Partido, e também uma referência nas iniciativas políticas no panorama nacional.

Numa época em que se privilegia o sensacionalismo e o efémero, o PSD elege a Universidade de Verão como símbolo da sua vontade de estar na política de forma diferente e de apostar no futuro com seriedade e trabalho.

O êxito desta iniciativa está na sua capacidade de atrair cada vez mais jovens para uma acção de formação de enorme qualidade, que conta com o contributo inestimável dos meios académico, político e empresarial, independentemente da sua filiação partidária.

Pela Universidade de Verão já passaram e certamente vão passar muitos líderes do futuro. Estão aqui hoje muitos líderes do futuro.

O PSD é uma força viva do nosso País, com vocação de poder, cujas linhas ideológicas, princípios éticos e valores de actuação devemos transmitir às novas gerações com uma convicção reforçada e com uma esperança renovada.

Estão aqui a ter uma formação política tanto mais interessante e útil quanto existe um crescente sentimento de divórcio entre os jovens e a política porque esta está descredibilizada.

E, no entanto, fazer política é uma coisa muito séria, não é um mero jogo fechado que só diz respeito aos Partidos políticos.

### **A política é uma actividade que deve ser exercida por cada um de nós: as razões de uma desvalorização**

Quantas vezes já ouvimos dizer “Não me interessa a política, isso é lá com eles?” como se a política não dissesse respeito a cada um de nós, como se a política não fosse uma actividade que deve ser exercida com cada um de nós.

Este é um tema sobre o qual o PSD tem que reflectir e é com os jovens que essa reflexão faz mais sentido.

O PSD teve um papel determinante na consolidação da democracia e tem a responsabilidade de contribuir positivamente para que a qualidade da democracia não se deteriore.

Neste sentido, a questão fundamental é porque é que se deu esta desvalorização da acção política e dos políticos?

Sem dúvida que uma das razões é a percepção de que os políticos deixaram de ter no centro das suas preocupações os cidadãos e os seus problemas, para passar a considerar sobretudo os seus interesses partidários ou pessoais.

Ganhou-se o hábito de comentar o curto prazo e ignorar as questões de fundo. Por isso, as pessoas reagem com indiferença ou até desprezo ao que os políticos dizem.

Todos sentimos que fazer política com o recurso permanente a promessas é uma arma eficaz, mas que tem sido mortífera para a credibilidade dos políticos.

O PSD quer contribuir para mudar este estado de coisas, porque o crédito dos políticos é um factor indispensável para gerar a confiança necessária para



enfrentar o futuro e mobilizar os Portugueses.

Não é uma tarefa fácil, tanto mais quanto todos esperam e reclamam que os políticos se comportem e actuem precisamente de acordo com os modelos que os fez cair em descrédito.

E é este círculo vicioso que tem de ser quebrado.

A verdade é que a política só vale a pena se tiver no centro das suas preocupações contribuir para um mundo melhor e, dessa forma, ajudar a que as pessoas sejam mais felizes.

E a felicidade significa não só o bem-estar pessoal, mas também o dos outros.

O PSD tem a obrigação, pelas suas raízes, pelo seu passado, de ser parte activa neste processo de reconduzir a política à sua nobre função.

Para tal, vamos ter de concentrar as nossas energias apenas nas questões que verdadeiramente preocupam os Portugueses.

E vamos deixar que outros se entretendam a discutir temas que, não afectam minimamente o dia-a-dia das pessoas.

Espero que estes trabalhos tenham estimulado fortemente o vosso gosto pela política e a capacidade de virem a exercê-la com dignidade e altruísmo.

E também espero que a grande lição que aqui receberam tenha sido a de que a política não é um meio de protagonismo pessoal nem de defesa de grupos, é uma forma de servir o nosso País.

Caros companheiros, esta nossa concepção de acção política é completamente diferente da seguida pelo Partido Socialista.

E a prova está na estratégia seguida por este Governo ao longo destes mais de três anos de legislatura.

A estratégia do PS tem sido manter as aparências, de esconder os fracassos e de iludir os Portugueses; chegou o momento de ficar claro o abismo que existe entre o discurso oficial e a dureza do dia a dia

Uma estratégia de manter as aparências, de esconder os fracassos e de iludir os Portugueses sobre a real dimensão dos seus problemas e da forma de os enfrentar.

O Governo gasta imensa energia e recursos a tratar da comunicação e imagem, mas o objectivo não é informar, não é esclarecer ou mobilizar. O objectivo é enganar-nos ou distrair-nos.

Mas chegou o momento de ficar claro o abismo que existe entre o discurso



oficial e a dureza do dia a dia.

Hoje, três anos decorridos ao longo dos quais fomos atordoados por títulos de jornais e pelo anúncio de grandes realizações, confrontamo-nos com a realidade de uma pobreza crescente e de uma clivagem acentuada com os outros países europeus.

Ora, se todos os anúncios correspondessem à realidade o País tinha de estar melhor do que está.

Quantos foram os projectos anunciados e que não tiveram qualquer seguimento? Ainda ontem foi conhecido o caso dos aviões de Évora, para não falar da mistificação à volta do projecto dos carros eléctricos.

Por isso, os Portugueses, vivem hoje um clima de desânimo, justamente frustrados por verem desperdiçados os sacrifícios que lhes foram pedidos em troca de promessas num futuro melhor.

Há desilusão onde devia haver esperança, há lassidão onde tinha que haver dinamismo, há indiferença onde devia estar mobilização e vontade de lutar.

Este clima de mistificação só tem sido possível porque está apoiado por uma máquina de comunicação e de acção pouco democrática.

Ouvem-se todos os dias os arautos da acção do Governo e em contrapartida são cada vez mais abafadas as vozes dos que sabem que isto não vai bem, mas



que não podem falar muito alto porque há uma impressionante máquina socialista que controla, que persegue, que corta apoios, que gere favores ou simplesmente que demite.

Na administração pública, na vida económica, no associativismo, nos mais variados sectores podemos recolher testemunhos e exemplos de um clima anti-democrático pouco saudável e desconfiado.

O Governo confunde autoridade com autoritarismo, esgota-se a impor quando devia ouvir, ao mesmo tempo que deixa minar a autoridade do Estado.

A maioria socialista aprova leis sobre leis muitas vezes sem se dar ao trabalho de reflectir sobre as suas consequências e sem que o Governo esteja preparado para garantir a sua execução, ou evitar as dificuldades que os novos quadros legislativos possam trazer.

Na pressa de cumprir calendários anunciados ou agitar bandeiras ideológicas da sua conveniência, o Governo despreza o estatuto da Oposição e abafa qualquer tentativa de participação séria e democrática.

O debate, a confrontação de ideias e a discussão objectiva das soluções é sempre fonte de regeneração, de resolução de conflitos e de progresso.

Mas Portugal está longe de beneficiar da democracia na sua plenitude.

Não é esta a nossa concepção de política, não é iludindo os problemas ou calando críticas que o País progride ou se mobilizam os cidadãos para uma nova atitude de iniciativa, de responsabilidade e de esforço.

Portugal tem demonstrado ao longo da sua história uma extraordinária capacidade de reacção aos estímulos, quando se incentiva a criatividade e a energia dos Portugueses e se cria um clima de confiança nas instituições.

Não é com concepções centralizadoras e falsamente proteccionistas, muitas vezes ameaçadoras da liberdade de opinião, que conseguimos acompanhar o ritmo de desenvolvimento dos países europeus nossos parceiros.

Pelo contrário. A competitividade da economia é prioritária para que se consiga a criação de emprego estável, melhoria de salários e maior segurança e protecção social.

É urgente um quadro de actuação claro em que se confie no Estado e nos poderes públicos para estimular, apoiar e garantir o estrito cumprimento das regras do jogo.

Desperdiçaram recursos gigantescos, infernizaram a vida das pequenas e médias empresas, esmagaram qualquer esperança de iniciativa empresarial transformadora

É na área da política económica que a asfixia que o actual Governo nos impõe se torna mais visível.

Os sucessivos governos socialistas, que ocuparam o poder durante 10 dos últimos 13 anos, desperdiçaram recursos gigantescos e tornaram muito difícil a vida das pequenas e médias empresas, esmagando qualquer esperança de iniciativa empresarial transformadora.

Na sua concepção centralizadora, o PS canalizou recursos para projectos sem rentabilidade ou justificação económica e, vai deixar o País endividado como nunca, e sem perspectivas de ultrapassar a estagnação, como o próprio Primeiro-Ministro confidenciou recentemente a um Presidente estrangeiro.

O nosso programa económico será exactamente o oposto de tudo isto.

A prioridade será para a competitividade da economia, para a produtividade e criatividade empresarial, removendo custos e obstáculos à eficiência das pequenas e médias empresas.

É imperioso reduzir os custos operacionais, aliviar a carga burocrática, reduzir a fiscalidade ligada à criação de emprego e apoiar a exportação.

Mas é sobretudo preciso que o sucesso se baseie no mérito, em vez de proteger simplesmente os que querem manter-se como estão, sem esforço, sem modernização e sem responsabilidade.

O Governo enfrenta a crise com um endividamento externo recorde e em crescimento sem limite previsível, com a todos os portugueses a pagar mais pelo crédito a que recorremos e a desistir de muitos projectos produtivos e iniciativas de inovação e progresso.

Entre outros problemas complexos, o mundo atravessa hoje uma séria crise de crédito. O financiamento é mais difícil, os credores são mais exigentes, os riscos mais difíceis de aceitar.

Como é que o Governo enfrenta esta crise? Com um endividamento externo recorde e em crescimento sem limite previsível, o que nos obriga a todos, particulares, famílias e empresas, a pagar mais pelo crédito a que recorremos.

Por isso, se desiste de muitos projectos produtivos e se abandonam iniciativas que teriam o risco próprio da inovação e do progresso.

E qual o motivo porque nos endividamos?



Para financiar projectos megalómanos que são um extraordinário luxo para o País porque não criam riqueza, mas que implicarão muitos anos de sacrifício para serem pagos.

O PSD propõe uma política económica diametralmente oposta, que conduza ao enriquecimento do País.

Uma política atenta à escassez de recursos e ao seu custo, porque o pouco capital que temos não pode ser esbanjado.

Propomos uma atenção crescente à poupança, sem a qual o crescimento não pode ser financiado.

Daremos prioridade absoluta aos investimentos de grande impacto na produtividade e na inovação. Só com o reforço da nossa capacidade exportadora e de concorrência poderemos afirmar-nos, ou mesmo sobreviver, em mercados cada vez mais agressivos.

É por este motivo que não desistiremos de conhecer e avaliar os critérios que levaram o Governo a tomar decisões sobre grandes obras públicas.



## «Mas é no emprego que a política económica que defendemos melhor mostrará os seus resultados»

O desemprego crónico que se instalou na nossa economia é a manifestação mais clara da acção do governo socialista, a consequência de políticas erradas e incapazes de reorientar a política económica para a criação de postos de trabalho.

São as pequenas e médias empresas e os sectores mais expostos à concorrência que podem criar mais empregos de qualidade.

Ao destruir a competitividade da economia, o Governo tem destruído muitos milhares de postos de trabalho e impedido a criação de muitos mais.

Resta, assim, aos Portugueses a aceitação de salários cada vez mais distantes dos que se praticam na Europa, como única forma de assegurar os postos de trabalho que ainda existem e se vão mantendo.

Não admira que a emigração se tenha tornado de novo a última tábua de salvação para muitos dos nossos compatriotas.

Neste contexto, a qualidade dos serviços públicos é um dos factores mais decisivos de bem-estar dos cidadãos e uma marca diferenciadora das sociedades mais desenvolvidas e mais justas.

É sabido que as sociedades modernas e desenvolvidas necessitam de um Estado de dimensão importante, moderno, sofisticado e eficaz.

A reforma da Administração Pública é talvez a área onde este Governo mais prometeu e menos concretizou, por incompetência ou falta de coragem política.

Na Administração Pública não houve só três anos desperdiçados. Houve um óbvio e grave retrocesso e o enfraquecer das instituições.

A reestruturação dos serviços saldou-se por uma mão cheia de nada, no que se refere à eficácia e transparência.

Pelo caminho, os serviços viveram anos de incerteza, de confusão, e desorientação.

Serviu para adaptar a máquina aos interesses do Partido Socialista completando silenciosamente uma operação em grande escala do controlo político dos cargos da administração pública.

A avaliação de desempenho, invocada como trave mestra de toda a mudança, saldou-se por um logro em que florescem muitas prepotências e se afundam muitas esperanças.

É urgente libertar o País e as instituições do sectarismo partidário, que conduziu à instabilidade e ao desprestígio de muitas organizações.

A modernização do Estado implica que se valorize o profissionalismo e o mérito e se abra caminho a uma nova cultura de responsabilidade, mérito e isenção.

## Sem independência e sem solidez estrutural, o Estado é muito vulnerável à corrupção e ao desânimo

Sem respeito por estes princípios, sem independência e sem solidez estrutural, o Estado é muito vulnerável à corrupção, ao tráfico de influências e ao enriquecimento ilícito, fenómenos que devem ser eficazmente combatidos na sua expressão efectiva mas que devem, sobretudo, ser prevenidos com determinação e seriedade.

De pouco serve aprovar leis contra a corrupção quando a organização é caótica, instável e politizada.

Caros Companheiros, em muitos outros sectores da vida nacional podemos encontrar claros sinais do mau Governo socialista que deixa o país sem confiança, sem alento e sem recursos.

Há o sentimento generalizado de fracasso, ninguém duvida que Portugal está muito abaixo do que poderia e deveria estar no seu nível de desenvolvimento.

Salvo para o pequeno grupo que caiu nas graças ou na dependência do poder socialista, para a maioria das pessoas a vida está cada vez mais difícil.

A confiança na qualidade e exigência do sistema educativo não melhorou e a classe dos professores conheceu um ataque sem precedentes, ao seu prestígio e autoridade.

Na saúde as políticas mudam com os ministros, ou os ministros mudam por causa das políticas e o serviço nacional de saúde vai conhecendo uma sangria de médicos e pessoal qualificado que já provocou a ruptura em serviços centrais.

A valorização das pessoas, o estímulo ao capital humano no sector público, incluindo em áreas de elevada qualificação e investimento na formação, é pura e simplesmente ignorado.

Na agricultura, as queixas contra o Governo, as dificuldades causadas por políticas erradas e surdas aos apelos, são caladas com o estrangulamento financeiro e premeditado das associações representativas do sector.

Na Justiça, as promessas de maior eficácia e celeridade redundaram na confusão no sector, no beliscar do prestígio e isenção da classe e no sentimento de que também a justiça é impotente perante as injustiças.

Por fim, o Governo falhou perigosamente no âmbito da Segurança Interna, onde é patente a falta de uma estratégia sistemática e coerente capaz de assegurar com a desejável eficácia a realização dos fins mais essenciais do Estado: a segurança, a justiça e a tranquilidade dos cidadãos.

O aumento de certo tipo de crimes violentos, pouco habituais na sociedade portuguesa, mas muito especialmente a sensação de impunidade dos criminosos, inquieta justamente os cidadãos, comprometendo a imagem tradicional de Portugal como País seguro.

Os acontecimentos dos meses de Verão tornaram patente essa falta de estratégia no que se refere à Segurança Interna.

Não é apenas uma questão de meios, nem de número de agentes.

É essencialmente uma questão de como esses meios estão a ser utilizados e como os recursos humanos são organizados e coordenados.

É esta estratégia que cabe, em particular, ao Ministro da Administração Interna definir e fazer cumprir.

## Ausência de perseguição e punição da criminalidade

Ora, é o sentimento de impunidade que intranquiliza as populações e, não se vê onde está a luta contra a criminalidade violenta.

Não se sente que os criminosos sejam perseguidos e punidos, nem que haja uma prevenção eficaz do crime.

Este sentimento não pode instalar-se como uma fatalidade.

Ora, o Ministro não disse e devia ter começado por aí, como iria reforçar a capacidade de investigação, de informação e de penetração das polícias.

O Governo confunde medidas com estratégias, confunde reacção com concepção. E confunde espectáculo com intervenção.

Em matéria de segurança interna e de autoridade do Estado, isto é gravíssimo. Esta função de soberania não se compadece com a desorientação ou com medidas ditadas por urgências mediáticas.

Muito menos se compadece com a escandalosa operação mediática feita pelo Governo para calar os alarmes.

Como é possível que o Ministro da Administração Interna admita que se organize uma operação policial destinada a passar em directo na televisão, escolhendo o terreno tristemente emblemático de bairros problemáticos, sacrificando a um momento mediático a necessária pacificação e acalmia nas zonas de maior tensão?

Para um Governo que diz ter preocupações sociais, não podia ter mostrado maior insensibilidade social.

Mais uma vez se viu que *o Governo não sabe actuar fora do espaço do espectáculo e do mediatismo*, o cenário em que verdadeiramente se move bem.

No entanto, uma palavra é justa. Ao desnorte do Governo, as forças de segurança têm correspondido com um sentido de missão e responsabilidade que é de salientar e que é, em si mesmo, um conforto para este momento de crise.

Caros Companheiros, o diagnóstico sobre a condução da vida política no nosso País está feito.

Os resultados estão à vista de todos e são mediocres. Fraco crescimento económico, níveis de desemprego elevados e, muito especialmente, manutenção da disparidade entre os mais ricos e os mais pobres.

Perante a mediocridade dos resultados, o PS insiste na mesma política.

O PSD afirma que perante a mediocridade de resultados tem de se mudar de política.

Não é demais recordar que o Partido Socialista desperdiçou oportunidades extraordinárias para imprimir um ritmo de desenvolvimento e progresso de que carecemos para competir na Europa e no Mundo.

## Com um Governo do PSD e uma outra política o País poderá regressar a uma via de prosperidade

Esse objectivo tem de incluir todos os cidadãos. Não pode ser feito à custa do agravamento da pobreza de uns para o aumento da riqueza de poucos.

O Estado não pode criar a ilusão de que pode, por si só, resolver todos os problemas de desigualdade e pobreza.

Mas pode fazer muito, se orientar a sua acção exclusivamente para os que dela necessitam.

É indispensável que se descentralize a rede de apoios sociais, ao mesmo tempo que o Estado se deve concentrar na avaliação muito rigorosa dos meios e dos efeitos desta intervenção.

## É com olhos no futuro que se realiza esta Universidade de Verão.

O ano que nos espera é de muito trabalho e exigência.

Vamos ter vários actos eleitorais, todos eles importantes e que exigem o empenho de todo o Partido porque queremos ganhar.

O País precisa e merece melhor Governo.

Nós temos uma ambição para Portugal e ela não é maior nem menor do que a do PS. É diferente, profundamente diferente.

Do Governo do PS não resultou qualquer benefício para o País.

Do nosso, resultará o progresso e é essa ambição que nos move e nos motiva.

Conto convosco para, em conjunto, construirmos um Portugal à medida das nossas ambições. – *MFL, Presidente da CPN/PSD (Subtítulos da responsabilidade da Redacção)*

## António Borges responsabiliza Partido Socialista pela situação económica que o País atravessa



O vice-presidente do PSD António Borges responsabilizo hoje o Partido Socialista pela situação económica que o país atravessa, considerando que “o problema vem de trás e não só desta legislatura”.

“É um problema que já vem de trás”, afirmou António Borges, lembrando que “o PS está no Governo há dez nos últimos 13 anos”.

“É precisamente por aí que nós estamos na situação em que estamos e que não se resolve de um dia para o outro, mas é fundamental inverter a tendência”, afirmou.

O economista e vice-presidente social-democrata falava aos jornalistas à margem de uma ‘aula’ que deu aos jovens participantes na Universidade de Verão do PSD, em Castelo de Vide, sobre o tema “Economia portuguesa: Porque não crescemos?”.

Questionado sobre a temática da conferência, António Borges afirmou que “Portugal tem tido um crescimento muito fraco e vai continuar a ter, fundamentalmente, por causa de uma política económica errada”.

“É um problema estrutural que vai muito além das dificuldades da conjuntura internacional e que resulta de estarmos a desperdiçar recursos com muita pouca atenção à produtividade e com resultados muito insatisfatórios no que diz respeito à inovação e, inevitavelmente, ao crescimento económico”, disse.

Para inverter a situação, António Borges defendeu “uma política completamente diferente”.

Uma política, sublinhou, que “tem de ter muita atenção à forma como os nossos recursos escassos são investidos, tem que ter muito cuidado com os problemas estruturais e, em particular, permitir às empresas portuguesas competirem com mais vitalidade no mercado internacional, principalmente as pequenas e médias empresas.



Questionado pelos jornalistas sobre o alegado «silêncio» da líder do partido, Manuela Ferreira Leite, ao longo das últimas semanas, António Borges começou por dizer que “não interessa falar só por falar”.

“Acho que a ideia da Dra. Manuela Ferreira Leite é muito certa, de intervir com seriedade e profundidade nos momentos exactos, nas ocasiões certas e nos locais que se justificam”.

“Ao longo do tempo”, na opinião do dirigente social-democrata, “os nossos compatriotas vão aperceber-se que é uma forma muito mais construtiva de fazer política”.

Interrogado sobre se a construção de uma alternativa de governo passa por aí, António Borges foi peremptório: “Não tenho dúvidas”.

“Não é de um dia para o outro, e dando tempo ao tempo, mas é assim com seriedade e profundidade que se constrói uma alternativa ao governo”, defendeu.

Durante a sua longa intervenção na Universidade de Verão do PSD, António Borges abordou temas como a moeda única, o endividamento externo, o desemprego, a concentração do poder económico, a poupança, despesa e desigualdades na distribuição de rendimentos. – *Fonte: Lusa*

## Governo “falhou” na reforma da Segurança e da Administração Pública

O PSD defendeu, no dia 2, uma alteração à Lei de Política Criminal e considerou que o Governo “falhou” nas reformas da Segurança e da Administração Pública.

Em conferência de imprensa, em Lisboa, o líder da bancada parlamentar do PSD, Paulo Rangel, disse que o problema da segurança “não é uma questão legislativa, mas sim política”.

No entanto, como o Governo anunciou que vai alterar a Lei das Armas, o Partido Social-Democrata (PSD) considera que uma das “prioridades” é a alteração da Lei de Política Criminal, aprovada em 2007.

Segundo o PSD, o que está em causa são os artigos 13 e 15 que prevêm as medidas de aplicação da prisão preventiva.

“O PS aprovou sozinho uma lei que dá orientações ao Ministério Público para não aplicar a medida de prisão preventiva e só para a decretar em casos excepcionais”, criticou Paulo Rangel, adiantando que os social-democratas “não compreendem” que o Governo apenas fale em alterar a Lei das Armas.

O líder da bancada parlamentar do PSD sublinhou que “não há necessidade” que os artigos 13 e 15 estejam numa lei que se destina a definir a estratégia de combate ao crime.

“Se o Governo está disposto em alterar leis, então que mude a Lei de Política Criminal”, disse, frisando que



o PSD vai propor, no início da sessão legislativa da Assembleia da República, alterações nesta matéria.

Paulo Rangel acusou igualmente o Governo de ser responsável pelos problemas de insegurança no país, considerando um “falhanço” a aplicação das leis de Investigação Criminal e da Mobilidade na administração pública.

Segundo o PSD, o regime de mobilidade na função pública, anunciado em Março de 2007 pelo primeiro-ministro, José Sócrates, iria permitir que cerca de cinco mil polícias em serviços administrativos fossem colocados no terreno.

“Há um ano e meio que foi anunciada a transferência de efectivos, mas tal ainda não ocorreu”, disse.

Na conferência de imprensa, realizada no final da reunião da comissão política nacional, o líder da bancada parlamentar do PSD criticou ainda o facto do Código Penal e do Código do Processo Penal ter entrado em vigor em “apenas 15 dias”, situação que “não se verifica em nenhum país do mundo”.

“O PSD votou a favor (Código Penal e Código do Processo Penal), mas votou contra a entrada em vigor em 15 dias”, afirmou.

Paulo Rangel disse ainda que as questões sociais, o investimento público e a insegurança são os três

temas em destaque no PSD neste momento. – *Fonte: Lusa*

## Negrão atribui única responsabilidade ao PS pela Lei de Orientação da Política Criminal

No dia 4, o deputado social-democrata Fernando Negrão rejeitou que o PSD tenha responsabilidade pela Lei de Orientação da Política Criminal, sublinhando que foi aprovada em votação final global “apenas com os votos do PS”.

“O Governo tem que ter em consideração a votação final global da lei, não pode haver aqui uma procura de transferir a culpa para a oposição. O Governo está cego ao que está a acontecer no país”, declarou Fernando Negrão à agência Lusa, falando em nome do PSD.

O deputado social-democrata e ex-director-geral da Polícia Judiciária respondia ao ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, que acusou hoje o PSD de pretender agora alterar dois artigos da Lei de Orientação da Política Criminal, o 15º e o 17º, aos quais não se opôs em votação no Parlamento.

Fernando Negrão confirmou que o PSD votou a favor de um artigo e absteve-se em relação ao outro, mas

sublinhou que isso foi “na votação na especialidade”.

“A votação na especialidade corresponde a um processo de negociação e de procura de consenso, vota-se a favor de uns artigos e contra outros. Na votação final global a nossa votação foi contra o diploma”, disse.

A alteração dos dois artigos relativos à aplicação da prisão preventiva foi defendida pelo líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, na terça-feira, em conferência de imprensa.

Fernando Negrão reiterou essa proposta de alteração da Lei de Orientação da Política Criminal.

“Este diploma tem por base uma Lei-Quadro da Política Criminal, que no artigo 10º diz expressamente que em caso de alteração das circunstâncias o Governo pode alterar o diploma que define a política criminal”, apontou.

Segundo Negrão, os artigos poderiam manter-se “se as circunstâncias não se tivessem alterado”.

“Será que o Governo, perante os acontecimentos das últimas semanas, com o crime a aumentar exponencialmente, não considera que se alteraram as circunstâncias e que deve alterar esta norma?”, questionou o ex-ministro da Segurança Social.

“O Governo está cego à realidade”, reforçou. – *Fonte: Gab. Imp. GP/PSD*

# Mais um êxito de trabalho intenso e dedicação, na plantação de raízes para o futuro!

A Universidade de Verão Francisco Sá Carneiro, uma iniciativa conjunta do Instituto Francisco Sá Carneiro, do PSD e da JSD, decorreu, como é já tradição, na vila de Castelo de Vide.

Intervieram na sessão formal de abertura, João Marques, enquanto aluno da Universidade de Verão de 2007, Carlos Coelho, na qualidade de Director da Universidade de Verão, Pedro Rodrigues, Presidente da JSD, e Alexandre Relvas, Presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro.

João Marques deu as boas-vindas aos 100 alunos recém-chegados à quinta edição da Universidade de Verão. Como ex-aluno, agora com funções na organização da iniciativa, procurou, na sua passagem de testemunho, motivar os novos alunos para a experiência que agora iniciam.

Carlos Coelho, o Director da Universidade de Verão, interveio apresentando a Universidade de Verão aos cerca de 100 jovens de todo o país que foram seleccionados para esta edição de 2008.

O director da UV2008 dirigiu parte da intervenção para os aspectos organizativos da Universidade de Verão, explicando os diferentes mecanismos de participação que os alunos têm à sua disposição, que vão da Intranet ao Jornal da Universidade de Verão (JUV), passando pelos formulários de sugestões e de avaliação aos próprios oradores.

A UV-TV é uma das inovações desta edição. No respectivo quarto, os alunos poderão assistir a pequenos vídeos, entrevistas, resumos do dia e a demais conteúdos da UV.

Sobre o processo de selecção dos alunos da sexta edição da Universidade de Verão, o director disse: “Escolhemos os melhores. Estes são os melhores candidatos e é por isso que vocês são a nossa selecção nacional”

Carlos Coelho explicou detalhadamente o funcionamento e organização da Universidade. Abordando algumas das inovações deste ano, afirmou: “Se não tivesse havido avaliação à Universidade de Verão, pelos vossos colegas, nos anos anteriores, não teríamos tido tantas e sucessivas inovações na organização e nos serviços da Universidade de Verão”

Carlos Coelho explicou aos jovens os cinco factores que têm de ser seguidos à risca durante a semana de trabalhos: “vontade, saber mais, ser pontual, ser solidário e ser construtivo - Estas regras são fundamentais para o sucesso da Universidade de Verão”

O director terminou a apresentação da Universidade de Verão aos jovens com um registo humanista: “nunca esqueçam que o que verdadeiramente interessa são as pessoas, o seu bem-estar, a sua segurança, o seu progresso e a sua felicidade - recordem na forma de fazer política a máxima de Sá Carneiro: **«política sem risco é uma chatiche, mas sem ética uma vergonha.»**”

Pedro Rodrigues, Presidente da JSD, deu igualmente as boas-vindas aos alunos da Universidade de Verão, afirmando que a iniciativa é hoje “a melhor academia política do país, graças à participação dos alunos e do seu director, Carlos Coelho”. O Presidente da JSD incentivou os jovens alunos a “exercitarem os princípios e valores da acção política”.

Pedro Rodrigues referiu que os alunos presentes “foram escolhidos por mérito próprio e estão aqui porque são os melhores”, destacando “a aposta e investimento continuado que o PSD e a JSD têm feito nos alunos, ao longo das seis edições2.

“Estamos a formar-vos porque queremos ter gente qualificada e que sabe o que faz”, referiu.

Alexandre Relvas, Presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro (IFSC), iniciou a sua intervenção dando as boas-vindas aos alunos e expressando “o desejo de que esta semana corresponda às suas expectativas”.

Na primeira intervenção pública enquanto Presidente do IFSC, Alexandre Relvas afirmou que a “Universidade de Verão FSC, não é apenas um caso de sucesso. É hoje claramente a mais prestigiada iniciativa de formação política para jovens em Portugal”, interpretando presença dos alunos como reveladora de “um elevado interesse pela vida económica e social e pela actividade política”.

Para o Presidente do IFSC, “a política, na sua dimensão de serviço à comunidade, é sem dúvida uma das actividades mais nobres e interessantes que se pode desenvolver”

Num discurso orientado para os desafios que Portugal enfrenta, o Presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro defendeu como fundamental colocar a “igualdade de oportunidades na primeira linha do debate político e das prioridades nacionais”

Alexandre Relvas acusou a “organização e qualidade do ensino secundário” como uma “das mais significativas limitações à igualdade de oportunidades em Portugal.”

A condição da juventude portuguesa foi um tema marcante da intervenção do Presidente do IFSC: “Para além da ausência de políticas activas, com impacto estrutural, prevalece actualmente no nosso país uma perspectiva do mercado e da legislação de trabalho que prejudica profundamente as novas gerações.”

Contundente, acrescentou que a geração a que pertencem os alunos presentes e as gerações futuras “não deviam ser prejudicadas pelos erros e incapacidades da actual geração [de protagonistas] – em termos económicos, sociais ou ambientais.”



Alexandre Relvas aprofundou a questão e defendeu como fundamental em Portugal “garantir um novo contrato entre gerações”.

“É tempo de um novo tempo em Portugal”, afirmou. O Presidente apelou aos alunos que tivessem “a coragem de ter os melhores como referência. Ser tão bons como os melhores deve ser a nossa ambição como país. Temos de ser audaciosos e exigentes. (...) Temos de fazer o necessário e não apenas o possível”, apelou.

Alexandre Relvas apresentou ainda as grandes áreas de actuação da equipa que lidera no Instituto Francisco Sá Carneiro. O trabalho que será desenvolvido durante os próximos meses assenta numa “nova narrativa e em novas ideias para responder às grandes questões do nosso tempo”.

Após a sessão formal de abertura, seguiu-se o jantar de recepção com o Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide, António Ribeiro e com um Presidente do PSD/Açores, Carlos Costa Neves, que foi cabeça-de-lista do PSD pelo distrito de Portalegre nas eleições legislativas de 2005.

A Universidade de Verão fez um brinde a António Manuel Grincho Ribeiro e o edil agradeceu o facto de o PSD ter escolhido Castelo de Vide para a realização da iniciativa, desejando a todos os alunos uma frutífera semana de aprendizagem dos ensinamentos. O Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide destacou a importância que a Universidade de Verão tem para o concelho.

Carlos Costa Neves tomou da palavra saudando a “excelente iniciativa de verão, que já vai na sua sexta edição”. O Presidente do PSD/Açores falou dos desafios que se colocam ao arquipélago onde exerce funções políticas na Assembleia Legislativa Regional.

Costa Neves defendeu a urgente mudança de Governo nos Açores, após doze anos de poder socialista num contexto onde não coexistem três realidades distintas: Democracia, Desenvolvimento e Açores.

Após o jantar de acolhimento, os grupos elegeram os seus coordenadores e realizaram os trabalhos que lhes haviam sido destinados.



## O 2º dia: António Borges Pitta e Cunha e Leonor Beleza

Os alunos da Universidade de Verão Francisco Sá Carneiro frequentaram, no segundo dia, as aulas de António Borges e Tiago Pitta e Cunha. Os alunos da UV2008 tiveram o privilégio de participar num jantar conferência que contou com a participação de Leonor Beleza.

António Borges, economista e Vice-Presidente da Comissão Política Nacional do PSD, iniciou a sua aula às 10h00, com todos os alunos presentes na sala. A pontualidade marcou uma vez mais a Universidade de Verão. O economista explicou aos cem alunos da sexta edição da Universidade de Verão do PSD aqueles que considera serem os problemas fundamentais da economia portuguesa e os fundamentos para uma nova política económica.

A performance insatisfatória da economia portuguesa e os seus problemas crónicos foi um dos temas abordados na aula. Para o reputado e experiente economista, o crescimento económico do nosso país, quando “comparado com o de qualquer outro país concorrente, é muito mais fraco. E é assim desde há dez anos”.

António Borges afirmou que os trabalhadores portugueses têm uma evolução salarial extremamente triste e deprimente”, e acrescentou que “Não pode haver uma sociedade desenvolvida sem pleno emprego”.

O orador alertou os jovens, que seguiam atentamente a aula, para o fosso que existe hoje entre as maiores empresas nacionais e a situação dos pequenos e médios empresários. O Vice-Presidente do PSD defende que enquanto a política económica for direccionada somente para as grandes empresas não teremos um crescimento económico sustentado.

António Borges denunciou a política económica profundamente errada que está a ser seguida em Portugal e alertou para o problema do endividamento externo do país, considerando que “essa tem que ser uma questão central do debate, porque está em causa o nosso futuro colectivo”. Por fim, defendeu a adopção de uma política económica radicalmente diferente.

António Borges abordou ainda a situação difícil que as famílias portuguesas, bem diferente da realidade de há vinte anos, quando a poupança representava cerca de 20% do rendimento.

Sobre as prioridades do investimento público, o economista referiu que “para recorrermos ao financiamento externo temos que aplicar o dinheiro em investimentos que devolvam um retorno superior ao custo do financiamento externo (...) e não é isso que temos feito”, disse, ilustrando com o exemplo da construção de demasiados estádios de futebol, por ocasião do campeonato europeu de futebol.

Para António Borges, “o mau investimento é um enorme handicap para a economia e um travão brutal ao crescimento económico”. Urge por isso fazer uma “selecção criteriosa dos investimentos a fazer”.

O Vice-Presidente do PSD deixou uma mensagem de confiança no futuro das novas gerações, referindo que geralmente a “inovação rápida vem de gente nova, não dos que já estão instalados.” Acrescentou ainda que “Portugal nunca teve falta de empresários. Quando as condições são favoráveis, os novos empresários aparecem (...) Em Portugal, em quase todos os sectores económicos, há bons empresários e bons trabalhadores. O problema é fazer com que sejam esses a ter a oportunidade, rematou.

**No final da exposição, o porta-voz de cada um dos dez grupos de trabalho em que os alunos da Universidade estão organizados teve oportunidade de colocar uma questão específica ao orador.**

No painel da tarde, a aula foi leccionada por Tiago Pitta e Cunha, membro do gabinete do Comissário Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas e

responsável pela nova Política Marítima Integrada da U.E, foi subordinada ao tema “Mar: Um MAR de oportunidades”.

O especialista em assuntos marítimos sensibilizou os alunos para as oportunidades que a geografia oferece a Portugal, concretamente devido à dimensão da Zona Económica Exclusiva do nosso país, que é cerca de dezoito vezes a área continental.

Tiago Pitta e Cunha lamentou que atendendo aos “défices estruturais muito difíceis de ultrapassar”, o país não tenha uma estratégia adequada para o mar, apesar de ser essa “a nossa maior riqueza”.

O orador do painel da tarde cativou a atenção dos alunos, chamando-os para uma “viagem por um país que se chama Portugal mas que aqueles que nele vivem não conhecem”.

Tiago Pitta e Cunha afirmou que “as características únicas que nos poderíamos conferir uma diferenciação face a todos os outros países não são aproveitadas por Portugal.” O orador referiu que “Portugal foi durante muitos anos uma porta de acesso por mar”.

Contudo, com o reenquadramento estratégico do país, agora orientado para a Europa, pela EFTA e mais tarde pela CEE, o mar acabou por ser visto como “um obstáculo.”

O orador referiu os passos dados pelo Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, para que a Europa passe a estar dotada de uma estratégia marítima integrada, onde Portugal poderá ter um papel preponderante. Na sessão foi relembrada a insistência de Durão Barroso, enquanto Primeiro-Ministro de Portugal, para que a Agência Europeia da Segurança Marítima se viesse a instalar em Lisboa, ambição que se concretizou.

Tiago Pitta e Cunha acredita que também “devido às novas tecnologias, à biodiversidade, às energias renováveis no mar, há cada vez mais uma corrida aos oceanos”. O orador defende que “Portugal não pode perder tempo e tem que entrar cedo nesta corrida.” De resto, considera que a geografia é um facto indelmentável para o nosso país e que, em coerência, a ideia do investimento no mar, será inevitável.

Depois da usual sessão de perguntas colocadas pelos alunos, Tiago Pitta e Cunha disse “raramente encontro uma plateia tão entusiasmada e com perguntas tão pertinentes como aquelas que colocaram. Estão de parabéns por isso.”

O segundo dia da Universidade de Verão teve Leonor Beleza, Presidente da Fundação Champalimaud, como convidada para o jantar conferência.

Os alunos da Universidade de Verão brindaram à sua distinta convidada e o Director da UV2008, Carlos Coelho, lançou a conferência instando Leonor Beleza a transmitir aos jovens o seu ponto de vista sobre o afastamento dos cidadãos da actividade política, questionando a conferencista sobre qual o papel que um partido moderno deve desempenhar para que os cidadãos se sintam mais próximos da política.

Leonor Beleza confessou que embora afastada da actividade política, continua a ser uma “laranjinha convicta, a sofrer, e também a ter alegrias pelo PSD.

A oradora dissertou sobre o tema proposto e explicou detalhadamente a evolução da participação política dos portugueses desde 1974. Apesar de existir um alheamento de muitos portugueses face à vida política, a ex-presidente do Instituto Sá Carneiro classificou como positivos os sinais que chegam dos Estados Unidos da América, onde é evidente a reaproximação de muitas pessoas à política.

Leonor Beleza usou o tempo da sua intervenção para introduzir as questões sociais no debate. “Entendo que é importante levar a temática que foi despoletada pela Dra. Manuela Ferreira Leite para as diversas estruturas do PSD e da JSD”. Desde a fundação do partido, há causas que estão acima do PSD, e esta é uma das causas em que todos nos devemos envolver”. A oradora realçou que “existem



muitas questões que todos exigimos e atribuímos à Administração”, mas que existem muitas formas de chamar à sociedade algumas responsabilidades”.

Numa intervenção multidisciplinar, Leonor Beza disse esperar dos jovens do PSD não só a renovação geracional do partido, mas também do ponto de vista ideológico, “num tempo em que o Estado não pode resolver todas as problemáticas que se colocam à sociedade”.

Um assunto incontornável da conferência foi a participação das mulheres na política. A ex-ministra considerou “uma vergonha” que o Governo português só



tenha duas ministras na sua composição.

Sobre a Lei da Paridade, Leonor Beza admite que “não é o sistema que as mulheres desejam”, mas considerou que se esse é um ponto de partida, então deve ser aceite.

Sobre o acesso aos serviços de saúde, Leonor Beza afirmou que, face ao conhecimento disponível, existe hoje uma diferença real na forma como um cidadão com capacidade financeira pode sobreviver, e como um cidadão que não tenha as mesmas possibilidades, pode não conseguir sobreviver.

Leonor Beza deu ainda a conhecer aos alunos a missão que abraça como presidente da Fundação Champalimaud. O objectivo primordial da fundação é fazer investigação de excelência em Portugal, criando condições para que os melhores cientistas portugueses e estrangeiros possam investigar na área da saúde, colocando as novas descobertas ao serviço daqueles que mais precisam. “Na ciência não existem fronteiras”, disse.

Os alunos dos dez grupos da UV colocaram um conjunto de questões relacionadas com a investigação científica, com o direito, com o funcionamento e gestão das unidades de saúde e sobre o acesso aos serviços de saúde.

### **0 3º dia: Carlos Coelho, Rodrigo Moita de Deus, António Vitorino e Pedro Passos Coelho**

No terceiro dia da UV2008 os cem jovens tiveram como professores Carlos Coelho, Rodrigo Moita de Deus, António Vitorino e Pedro Passos Coelho.

No painel “Falar Claro”, Carlos Coelho e Rodrigo Moita de Deus deram uma aula repleta de conselhos sobre como comunicar em política, nos diferentes patamares de intervenção. Foi uma aula que prendeu a atenção dos alunos da Universidade de Verão Francisco Sá Carneiro, que receberam formação em comunicação política.

Carlos Coelho começou por afirmar que “fazer política é comunicar”. A sessão da manhã foi marcada pela interactividade e pela variedade de suportes e meios. Casos práticos, filmes e animações sobre o que deve ou não ser evitado na transmissão das ideias ou na apresentação de uma comunicação fizeram parte do tema da manhã.

Rodrigo Moita de Deus, escritor, blogger e profissional de comunicação, deixou conselhos úteis para a relação com a comunicação social, tendo respondido, de forma assertiva às pertinentes questões que foram sendo colocadas pelos alunos.

Carlos Coelho e Rodrigo Moita de Deus transmitiram os seus conhecimentos e experiência acumulada numa aula muito dinâmica em várias intervenções interpoladas.

Durante o período reservado às questões, foi notório que os alunos tentaram colocar prática alguns dos conhecimentos que tinham acabado de aprender. Em consequência, foi evidente o cuidado em certos aspectos da apresentação das perguntas. O painel da tarde teve como orador António Vitorino, destacado

militante do Partido Socialista, ex-ministro da Presidência e da Defesa Nacional e ex-comissário europeu, actualmente a exercer funções no sector privado.

Tal como António Vitorino declarou à comunicação à entrada para a sessão, esta é uma participação que “demonstra o espírito de abertura democrática dos organizadores da Universidade de Verão”. O director da Universidade de Verão, Carlos Coelho, referiu no início da semana que o “debate de ideias não deve ter fronteiras”, sobretudo numa iniciativa que reúne uma selecção nacional de jovens de todo o país que procuram formação política.

Num registo franco e sempre bem-disposto, António Vitorino deu aos alunos uma aula sobre a “Europa no Mundo”. António Vitorino iniciou a sua exposição afirmando que “o mundo reclama um protagonismo acrescido da Europa”, mas que essa expectativa não significa que o Mundo fique à espera da Europa. “A natureza tem horror ao vazio”, podendo outros ocupar um espaço que a Europa tem como seu.

Na opinião do orador, existem três “building blocks da União Europeia: o protagonismo económico; a diplomacia e regulação dos conflitos; e as questões de segurança e defesa.”

O nível económico é aquele onde os resultados são hoje mais evidentes, como o Euro e própria afirmação como maior mercado interno do mundo. Neste capítulo, a União Europeia é um player muito influente em matérias como o comércio internacional e sistema monetário global ou em matérias como as alterações climáticas.

O orador destacou ainda o papel que a União Europeia tem desempenhado no plano da globalização, assinalando porém as diferentes reacções que se verificam entre os países do norte e do sul da Europa, face ao fenómeno. Se por um lado, os países anglo-saxónicos olham para a globalização como uma oportunidade, os países do sul encaram-no como uma ameaça, desejando mesmo que a União Europeia sirva “para proteger os Estados-

Membros dos malefícios da globalização”. Em qualquer das situações, os jovens olham para a globalização mais como uma oportunidade do que como uma ameaça. A opinião de António Vitorino é que a Europa deve ser um player também na questão da globalização.

Sobre a política externa e de segurança da União Europeia, o orador recordou a frase de Henry Kissinger, que dizia não saber “qual o número de telefone da Europa”, numa situação de crise.

António Vitorino rejeita a “comunitarização” como resposta clássica da voz única na política externa e de segurança, exemplificando com a composição do Conselho de Segurança das Nações Unidas, considerando que “não é credível que os países europeus que aí têm assento, abdicuem para que a União fale a uma só voz”.

António Vitorino referiu que a “vulgata diz que a PESC é um falhanço”, mas que esse preconceito encerra em si um esquecimento dos sucessos como a “estabilização dos Balcãs, o papel de mediação nas tensões entre Israel e a Palestina, e as diversas acções de peace keeping e peace enforcement em que a União está envolvida.

O orador entende que a primeira grande dificuldade no âmbito da PESC é a relação transatlântica, que considera “a mais difícil de gerir”, não sendo claro se a questão central dessa relação está ou não resolvida: perceber se os Estados unidos da América estão ou não interessados em que os países europeus





Pedro Passos

Coelho defendeu o seu pensamento sobre as áreas em que o Estado deve estar presente e sobre quais as áreas em que o Estado deve garantir serviços, mas em que não tem que ser prestador”, situação que enforma uma mudança de paradigma.

Contudo, esta “mudança de paradigma têm que ser criados reguladores que funcionem, num contexto em que estes não podem deixar de ter independência orgânica e cujas deliberações sejam respeitadas e acatadas”.

Pedro Passos Coelho não terminou a sua intervenção inicial sem fazer contrastar o crescimento económico anual de Portugal face aos parceiros europeus no ciclo político mais marcante da governação social-democrata, em comparação com o empobrecimento de Portugal, em termos relativos, face aos novos Estados-Membros da União Europeia.

*«Hoje, o Primeiro Ministro de Portugal “desloca-se para a inauguração de Call Centers, nesse que é o seu modelo de desenvolvimento para o país, assente em mão de obra pouco qualificada: Call Centers para a juventude portuguesa», concluiu.*

No período reservado às perguntas dos jovens alunos da Universidade de Verão Francisco Sá Carneiro, a discussão passou ainda por áreas tão diversas como as formas de participação dos jovens no desenvolvimento do país, o surgimento de movimentos e organizações de reflexão e debate de ideias no seio dos partidos, política fiscal, casamento entre

aprofundem a União Europeia. Mas os problemas também se colocam a leste: A Rússia, por exemplo, “nunca viu com bons olhos o alargamento a leste”. António Vitorino considera importante a criação de uma arquitectura que permita fazer uma construção europeia em que o relacionamento com a Rússia seja aprofundado.

O antigo Comissário Europeu terminou o período destinado à sua exposição com a questão da ratificação do Tratado de Lisboa. António Vitorino considera que urge “inventar uma maneira de desenvolver um debate sobre a União Europeia que seja consistente e sério que seja cativante.” O orador mostrou-se preocupado com o risco de o Tratado de Lisboa não entrar em vigor e com a consequente tentação de vários Estados-Membros em adoptar formas de cooperação exteriores à União Europeia.

Seguiu-se o tradicional momento de perguntas livres por parte dos alunos. António Vitorino devolveu respostas francas e, em certos momentos, com uma dose de bom-humor.

Pedro Passos Coelho, economista, Conselheiro Nacional do PSD e antigo Presidente da JSD, foi o conferencista no jantar do terceiro dia da Universidade de Verão Francisco Sá Carneiro.

Carlos Coelho, director da UV2008 lançou a primeira questão a Pedro Passos Coelho, sobre quais as grandes diferenças e as grandes demarcações que o Partido Social Democrata deve assumir face ao Partido Socialista.

O orador respondeu à questão colocada por Carlos Coelho, começando por relembrar um pouco da história do PSD, uma vez que os “partidos são hoje um pouco aquilo que foram fazendo”. O PSD foi o partido que “mais lutou por um regime civil”, enquanto “o PS demorou muito tempo a encontrar o caminho para a economia de mercado e para a democracia liberal (...) Foi o PSD que trilhou esse caminho, trazendo consigo o PS”. Pedro Passos Coelho lembrou também o papel do PSD no respeito pela sociedade civil e alertámos para os perigos da colectivização.

Na opinião do orador, o país que temos hoje é em muito, o “reflexo da acção e pensamento socialista” que desde 1995 Governou durante nove anos.

“José Sócrates tem sido uma espécie de Blair e de terceira via à portuguesa, mas esse modelo está a esgotar-se, não apenas em Portugal, e a provar que não consegue reformar o Estado”, afirmou.

Respondendo à questão colocada pelo director da UV, Pedro Passos Coelho acusou o Partido Socialista de ter conduzido a justiça em Portugal a uma “manta de retalhos sem sentido” e de ter aprovado uma “Lei de Segurança interna que só levará ao agravamento da actual situação”.

Passos Coelho acusou o Partido Socialista de governamentalizar a segurança interna, numa “confusão intolerável das funções do Estado. “É uma situação que pode atirar-nos para a perversão democrática”, afirmou. Para Pedro Passos Coelho é fundamental restaurar as funções nucleares do Estado como são a “Justiça e a Segurança Interna”.

Também em resposta à questão que abriu a conferência, Pedro Passos Coelho considera essencial criar um “novo paradigma em termos de funções do Estado”: é importante para Portugal “uma mudança no tipo de Estado que temos ou vamos ficar para trás, como já estamos a ficar”, disse.

O orador reflectiu sobre os meios de redistribuição da riqueza, questionando se o Estado está neste momento a canalizar os apoios para os que mais precisam. A “falsa ideia de que só o estado consegue fazer a distribuição” teve como corolário um sistema “socialmente ineficiente”.

O conferencista defendeu, perante os alunos da Universidade de Verão, a “necessidade de reescrever o contrato social, num contexto de isenção, pluralismo, isenção, independência e concorrência”.

peçoas do mesmo sexo, regionalização, educação, ambiente, política energética, o tratado de Lisboa e o papel da união Europeia ou a relação do estado com as empresas.

#### O 4º dia: José Eduardo Martins e Alexandre Relvas

O quarto dia da Universidade de Verão Francisco Sá Carneira foi marcado pelas intervenções de José Eduardo Martins, sobre ambiente e energia, e Alexandre Relvas, convidado para o jantar-conferência. Durante a tarde, os alunos fizeram um exercício de simulação de conferência de imprensa e tiveram ainda oportunidade de visitar a vila de Castelo de Vide, que acolhe a UV2008

José Eduardo Martins apresentou, no painel da manhã, uma aula subordinada ao tema “Ambiente e Energia: O que temos de decidir já.”

O Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD e membro da Comissão Política Nacional deu início à sua exposição afirmando que “a primeira reflexão de uma política de ambiente para o começo do terceiro milénio é uma análise da nossa capacidade de percepção colectiva e da determinação para mudar de atitude perante a utilização dos recursos naturais e a conservação do património ambiental do Planeta”.

O orador enquadrou a evolução do acervo comunitário, onde a União Europeia é o bloco económico liderante na resposta aos desafios ambientais. Relativamente à evolução legislativa nacional, dando o exemplo da Lei de Bases do Ambiente, que aprovada pelo PSD em 1987, consagra com uma actualidade inquestionável, os princípios e instrumentos da Precaução e Prevenção, do Controlo Integrado da Poluição e da Responsabilidade Partilhada.

Mas, precisa de acentuar a dimensão económica da política ambiental para responder à crescente escassez de recursos ambientais potenciada pela globalização dos mercados.

Para potenciar um espaço de elevada qualidade ambiental e paisagística, precursor e matéria-prima para os sectores de actividade e serviços que dele dependem, é preciso uma política de ambiente alicerçada em várias linhas de força para uma nova política de ambiente, onde se destaca a preservação da biodiversidade, uma nova cidadania ambiental ou assumir o desempenho



ambiental como base de sustentabilidade e competitividade das empresas.

Para o deputado do PSD, “o melhor desenvolvimento ambiental é o que para a maior produção de um determinado serviço, conduz a uma menor utilização de recursos ambientais”, tendo novas abordagens como são o Controlo Integrado de Poluição e Redução da Poluição na Fonte ou a certificação ambiental como factor de competitividade.

No capítulo referente à energia, José Eduardo Martins “o nosso modelo energético chega simultaneamente aos seus limites físicos, económicos e ambientais”, conduzindo-nos “para uma crise energética cada vez mais evidente”. Apesar de não existir acordo sobre o “peak oil”, que é ponto em que metade das reservas de petróleo do planeta se encontram consumidas.

Independentemente de acontecer em 2010, 2020 ou 2030, é incontornável que chegamos já ao limite dos recursos acessíveis facilmente e a baixo custo.

As consequências previsíveis das fontes energéticas têm conduzido ao aquecimento global acumulando-se as evidências dos seus efeitos nefastos: deterioração dos ecossistemas, aumento da desertificação, subida do nível do mar, aumento da frequência e intensidade dos fenómenos climáticos extremos como as secas, cheias e furacões.

José Eduardo Martins fez ainda uma explicação detalhada sobre os fundamentos, metas e objectivos do Protocolo de Kyoto, bem como dos desafios que se lhe colocam após 2012. A nova Política Europeia contra as Alterações Climáticas, confirmam os objectivos da Cimeira da Primavera de Março 2007.

Na sessão de perguntas dos grupos foram ainda abordadas questões como a responsabilidade social das empresas, o desenvolvimento das energias renováveis, energia nuclear, a exposição da economia portuguesa à subida do petróleo.

Ao início da tarde, os alunos fizeram um exercício de simulação de conferência de imprensa, onde apresentaram as suas propostas para combater o afastamento dos jovens da participação política. As propostas dos grupos surgem na sequência da análise que realizaram ao estudo sobre as atitudes e comportamentos políticos dos jovens em Portugal sobre o qual o Presidente da República fez incidir a sua intervenção na 34ª Sessão Comemorativa do 25 de Abril, na Assembleia da República.

Alexandre Relvas regressou à Universidade de Verão Francisco Sá Carneiro para o jantar conferência de quinta-feira.

Na qualidade de empresário de sucesso, o CEO e accionista da Logoplaste, explicou aos alunos o longo caminho para o sucesso que a Logoplaste percorreu, sendo hoje uma empresa líderante no mercado internacional.

Alexandre Relvas começou por transmitir aos alunos que a sua consciência cívica leva-o a participar em diversas palestras em que a juventude está presente, como são as universidades, associações e como é também o caso da UV2008.

Alexandre Relvas reforçou a urgência de uma intervenção social no país, sendo a igualdade de oportunidades o designio a alcançar. O CEO e accionista da Logoplaste mostrou-se muito sensível às situações de “pobreza infantil, do gritante abandono e insucesso escolares, do acesso ao primeiro emprego, e da igualdade de oportunidades entre gerações”. Alexandre Relvas entende que é necessário que a sociedade construa um novo contrato geracional que garanta uma igualdade de oportunidades entre gerações, para que as novas gerações recebam o país, pelo menos, nas condições em que os mais velhos o encontraram.

Alexandre Relvas, explicando o sucesso da Logoplaste, transmitiu esperança e coragem de empreender, demonstrando, através do caso prático da sua empresa, que é possível vencer em Portugal e a nível internacional, apesar das diversas condicionantes do país e da economia nacional.

Alexandre Relvas apresentou a estratégia empresarial da Logoplaste, bem como o desenvolvimento e internacionalização da mesma, que “produzindo embalagens de plástico, fá-lo obedecendo às regras da política europeia de reciclagem” e de acordo com a responsabilidade ambiental da empresa.

O relato da missão e actividade de uma empresa que aposta na inovação e na competitividade, que tem hoje cinquenta unidades de produção em diversos pontos do globo e que mantém um crescimento médio anual de 18%, desde 1992, deixou os jovens profundamente motivados.

O projecto de responsabilidade social CADIN, desenvolvido “pelos mil e trezentas pessoas da Logoplaste” em conjunto com outras empresas, fez soar os

aplausos por parte dos cem jovens da UV2008.

Os dez grupos colocaram um conjunto de questões ao conferencista, que foram das questões do empreendedorismo e iniciativa privada, passando por temas de política internacional, como as eleições nos Estados Unidos da América, até às questões que afectam hoje a juventude, como são o primeiro emprego, a habitação ou a mobilidade.

Os alunos da Universidade de Verão Francisco Sá Carneiro não ignoraram as responsabilidades que o empresário assume à frente do Instituto Francisco Sá Carneiro e colocaram ainda questões sobre estratégias a adoptar para vencer os desafios eleitorais de 2009.

Alexandre Relvas defendeu que a sociedade exige uma nova narrativa e novas ideias na abordagem aos problemas de hoje.

### O 5º dia: Isabel Mota, Garcia Leandro, Armando Marques Guedes e Arlindo Cunha

Ao 5.º dia da Universidade de Verão, os alunos tiveram Isabel Mota a dar uma aula sobre “Políticas sociais: respostas urgentes e sustentadas”. Durante



tarde assistiram a um aceso debate entre o Gen. Garcia Leandro e o Prof. Armando Marques Guedes, a propósito das eleições presidenciais nos Estados Unidos da América. O convidado para o jantar-conferência foi Arlindo Cunha.

Isabel Mota iniciou a sessão da manhã começando por apresentar o retrato das políticas sociais em Portugal, para depois explicar o seu ponto de vista sobre o desenvolvimento de Portugal num contexto de coesão social e implementação Políticas Públicas.

A oradora do tema da manhã começou por diagnosticar as questões demográficas mais determinantes para o País, do ponto de vista social, como o envelhecimento da população, a integração dos imigrantes e a reabsorção do desemprego estrutural. Estes são, para Isabel Mota, os grandes desafios em termos das políticas sociais para os próximos anos. “O futuro do nosso Estado Social depende do nosso crescimento económico.

Não pode haver mais estado social sem crescimento económico. É demagógico dizer que o país tem uma política social boa, se não existe crescimento económico”, afirmou.

Isabel Mota alertou os alunos da Universidade de Verão para a situação portuguesa, que considera preocupante, dado que dezoito por cento da população encontra-se em risco de pobreza e que vinte e seis por cento da população em risco de pobreza é idosa – faixa em que as oportunidades são obviamente menos.

Para a oradora, que é administradora da Fundação Calouste Gulbenkian, a coesão social nos próximos anos dependerá do progresso económico, mas também do inevitável ajustamento do modelo social actual.

No pensamento de Isabel Mota, o novo modelo social assentaria, desejavelmente, na responsabilidade do Estado como garante da universalidade



de acesso a serviços sociais essenciais como são a educação, a saúde ou as pensões. Tal condição exige o “redimensionamento do papel do Estado como prestador directo desses serviços sociais, apostando numa maior diversidade e mais forte competição entre prestadores desses serviços e numa maior responsabilidade e oportunidade e liberdade de escolha dos cidadãos”.

Por seu turno, exige-se ao Estado “a responsabilidade na criação de uma rede social eficiente no combate à exclusão social, focalizada nos sectores mais fragilizados da população, dando à sociedade civil possibilidade de participar nos projectos”.

Isabel Mota não considera viável qualquer aumento de impostos para aumentar as prestações sociais.

Defende, por seu turno que o novo modelo social deve assentar na implementação de políticas públicas de inclusão que sejam incentivadoras da integração no mercado de trabalho e mobilizadoras da energia da sociedade civil. Assim, o reforço e capacitação de instituições da sociedade civil que intervêm na área da protecção social torna-se forçoso neste novo modelo social.

A oradora aprofundou a temática, dando o exemplo de algumas medidas que podem enformar um novo modelo social, como seja através da reorganização do envolvimento dos indivíduos no mercado de trabalho por políticas de diferenciação ao longo da vida activa, ou pelo prolongamento da vida activa, desde que compatível com a qualidade de vida, passando também por uma reforma dos sistemas de pensões que permita uma melhor gestão dos impactos económicos e sociais da dinâmica demográfica, bem como pela mobilização de poupanças para o desenvolvimento.

Como focos prioritários de acção no curto prazo, Isabel Mota identificou a situação da população idosa, mais carenciada em termos de saúde, que carece de apostas em mecanismos integrados de acompanhamento.

A situação dos desempregados em faixas etárias entre os 40 e os 50 anos, a integração social da população imigrante e o combate às forças de marginalidade ou a situação das famílias com maiores problemas de endividamento, de forma a evitar maiores rupturas sociais são outros focos prioritários em que urge tomar medidas de curto prazo.

No período destinado às questões dos alunos, através dos interpeladores nomeados no seio dos grupos foram abordadas questões como: política de natalidade; funcionamento, articulação e apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social e associações; ensino especial; solidão e apoios sociais no interior do país; renegociação dos acordos entre o Governo e os ATL; recurso ao crédito; idade legal de aposentação, e o fracasso do complemento solidário para idosos.

Durante a tarde, Garcia Leandro e Armando Marques Guedes debateram-se num frente-a-frente, na defesa dos seus candidatos à Casa Branca. Os alunos da Universidade de Verão não são indiferentes à actual realidade política internacional e por isso a UV2008 consagrou um espaço de debate dedicado às eleições presidenciais nos Estados Unidos da América.

Os brilhantes intervenientes debateram-se afinadamente pelas ideias e candidaturas que defendiam: Garcia Leandro, por John McCain e Armando Marques Guedes por Barack Obama.

As perguntas colocadas pelos alunos após o debate, incidiram sobre o posicionamento dos candidatos relativamente a questões como a segurança e

política externa, relacionamento EUA-UE, sistema de saúde, educação, médio oriente, energia e armamento nuclear.

O conferencista do quinto dia da Universidade Francisco Sá Carneiro foi Arlindo Cunha.

Como é tradição da Universidade de Verão, o director Carlos Coelho lançou a pergunta que introduziu a conferência.

Carlos Coelho questionou Arlindo Cunha sobre a escalada do preço dos bens alimentares, adiantando que “a cada ano temos que ter recursos para alimentar mais 28 milhões de habitantes. Cerca de um terço da população mundial sobrevive com menos de um euro e sessenta cêntimos por dia”.

Uma enorme parte destas populações tem que comprar a sua alimentação e por isso, “há locais onde a subida de preços é a diferença entre viver e morrer”, disse.

Feita a introdução à conferência, Carlos Coelho solicitou que Arlindo Cunha transmitisse o seu pensamento sobre a política agrícola seguida pelo governo socialista.

O antigo ministro, que presidia o Conselho de Ministros de Agricultura da UE que aprovou a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) em 1992, começou por apresentar um enquadramento da “crise altista dos preços nos mercados agroalimentares mundiais”.

O antigo deputado europeu do PSD responsável pela área da agricultura explicou que o ciclo contínuo de descida dos preços nos últimos trinta anos foi abruptamente interrompido pelo fenómeno a que chamou sismo dos mercados de 2007 e 2008. Num curtíssimo espaço de tempo, os preços de bens essenciais subiram entre 25 e 50%, “matéria que de modo algum devemos deixar de considerar grave”, por acarretar consequências sociais graves nas famílias de mais baixos rendimentos.

Sobre a crise propriamente dita, esta deveu-se a diversos factores conjunturais e estruturais como o “aumento da procura nas economias emergentes, maus anos agrícolas em alguns países, especulação financeira nos mercados com produtos financeiros commodity based, o desvio da produção para biocombustíveis e o aumento dos custos dos combustíveis, com efeitos efeitos nos transportes, energia e produção pecuária”.

Arlindo Cunha apresentou aos alunos da UV2008 estimativas de duplicação da procura alimentar em 2050, para mais 3.000 milhões de habitantes. O orador afirmou que o pico da escalada nos preços está desfeito, mas que ficaremos num planalto por longos anos (...) como terminou a época do petróleo barato, também acabou o tempo da comida barata”, avisou.

O antigo ministro da Agricultura deixou ainda um relato de algumas lições a extrair para o futuro. Arlindo Cunha considera urgente “repensar políticas de globalização e liberalização” e informou que quando a crise começou, os países mais liberais foram os primeiros a impor restrições às suas exportações”. Verifica-se pois “a necessidade de maior regulação dos mercados que permita aos países menos avançados condições para desenvolver a sua produção”.

Arlindo Cunha defende que se deve repensar a política de novas tecnologias, dado a evidência do fim do ciclo da evolução tecnológica baseada na mecanização e nos agro-químicos, devendo apostar-se nas biotecnologias e “acabar com a política de meias tintas em matéria de autorização de transgénicos/Organismos geneticamente modificados”.

Para o orador convidado para o jantar do quinto dia da UV2008, é “importante repensar o modelo de reforma da PAC seguido nos últimos 20 anos num contexto de mercados excedentários, em que o objectivo era desencorajar os agricultores de produzir”.

A crise deve fazer-nos rever o programa de apoio à produção de biocombustíveis e “buscar soluções que não conflituem tanto com produção alimentar, como são o caso a jatropha, a cana do açúcar, o cardo e a biomassa florestal”, disse.

Arlindo Cunha lamentou que “apenas uma crise profunda dos mercados agroalimentares tenha feito perceber que a agricultura tem uma evidente importância estratégica para a estabilidade e soberania das sociedades”.

Para finalizar o período da sua intervenção, Arlindo Cunha referiu-se à situação portuguesa, apontando os erros do Governo em matéria de política agrícola.

O Governo “conseguiu acabar com a electricidade verde, mas mantém congelado o subsídio ao gasóleo agrícola”, num contra-senso.

Ao elaborar o PRODER (Programa de Desenvolvimento Regional) para 2008-2013, o Governo excluiu das fileiras estratégicas os cereais, o leite, as oleaginosas, a carne e os ovos, mas consegue incluir outros produtos bem menos “essenciais” como os cogumelos e produtos tradicionais. O Governo conseguiu mesmo manter-se durante mais de metade do mandato sem distribuir qualquer apoio à modernização da agricultura.

Arlindo Cunha criticou o plano, “por apoiar apenas 6% do número total de agricultores, num período de seis anos”. O Governo conseguiu esquecer-se de tal maneira da agricultura que recentemente devolveu a Bruxelas 70 milhões de euros por não ter os 15% de investimento pela comparticipação nacional.

O actual governo acabou também com um “processo de descentralização que passava pelas organizações de agricultores. O Ministro da tutela “anunciou a realização de uns Estantes Gerais da Agricultura, mas certamente vai fazê-los sem os agricultores”, ironizou.

Após a intervenção inicial seguiu-se um período de perguntas por parte dos alunos.

Arlindo Cunha foi questionado em matérias como o futuro da vitivinicultura em Portugal, o licenciamento de actividades pecuárias, a política para as florestas, os problemas ambientais associados à produção agrícola, a ruralidade e a política para as pescas.

### O 6º dia: Miguel Poiares Maduro, simulação de Assembleia e José Pacheco Pereira.

A Universidade de Verão Francisco Sá Carneiro aproximava-se do fim. O penúltimo dia da Universidade de Verão Francisco Sá Carneiro foi preenchido pela aula de Miguel Poiares Maduro, pela simulação de Assembleia, que teve comentários dos deputados Agostinho Branquinho e Carlos Coelho e pelo jantar-conferência com José Pacheco Pereira.

O tema da manhã, que teve como orador Miguel Poiares Maduro, advogado geral do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, foi dedicado ao tema “As Fronteiras do Direito: Direito, Direitos e Questões moralmente controversas”.

A aula de Miguel Poiares Maduro assentou num conceito de interacção desde o primeiro minuto. Os alunos interpelaram o especialista com dez casos práticos, para que este se pronunciasse sobre cada um dos casos apresentados. Após a resposta dada por Miguel Maduro a cada um dos casos, um outro grupo colocava questões em tom crítico ou a solicitar esclarecimentos adicionais.

Os temas previamente estudados pelos alunos e sobre os quais incidiram as questões e “provocações” feitas ao professor, foram tão diversos e controversos como a inviolabilidade da vida humana e a pena de morte, limitação de mandatos electivos, referendos, segurança enquanto monopólio do Estado, eutanásia, dignidade da pessoa humana, voto obrigatório, prática de tortura, liberalização das drogas, e adopção por casais do mesmo sexo.

Os alunos da Universidade de Verão Francisco Sá Carneiro tiveram assim a oportunidade de conhecer a aprofundada fundamentação jurídica que sustenta as respostas que a lei fornece.

O sexto dia foi também o dia da simulação da Assembleia, um ponto alto das Universidades de Verão, para o qual os alunos se preparam durante toda a semana.

Os cem alunos da UV2008 realizaram um exercício prático de Simulação de uma Assembleia, onde todos apresentaram e defenderam as suas propostas, em cenários de Governo e de Oposição.

Os temas debatidos pelos alunos passaram por propostas para reduzir a sinistralidade rodoviária, combate ao desemprego, medidas para facilitar o acesso aos serviços de saúde, financiamento do ensino superior, promoção da regionalização, redução da dependência energética, abuso de subsídios e apoios públicos, reforçar a segurança, perda de mandato e inelegibilidade, e diminuição do insucesso e abandono escolar.

Após o debate de cada tema, Agostinho Branquinho, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD e Carlos Coelho, deputado ao Parlamento Europeu e director da Universidade de Verão, comentaram o desempenho dos participantes no debate.

O convidado para o último jantar conferência da Universidade de Verão Francisco Sá Carneiro foi José Pacheco Pereira.

O conferencista proferiu uma intervenção sobre aquelas que considerou serem as cinco questões-chave sobre as quais um jovem social-democrata deve reflectir.

1. “O partido responde as desafios de hoje?” Para Pacheco Pereira o PSD não está adaptado à sociedade actual, uma vez que as “relações de militância” continuam a sobrepor-se à “relação com a sociedade”;

2. “O que podemos fazer contra a corrupção?” Esta foi uma matéria sobre a qual incidiu grande parte da intervenção de Pacheco Pereira, que considera que com a justificação do “interesse nacional”, o Governo “está a arrastar os negócios com grandes grupos económicos para dentro dos gabinetes ministeriais”, retirando-os do escrutínio público, algo “que pode criar um risco e um terreno para a corrupção”;

3. “Como responder aos desafios da vida na cidade?” A política das cidades deve ser pensada de forma diferente, com uma visão que vá para lá das áreas territoriais como as temos estado a tratar, e que não podem ser resolvidas pelas autarquias, de forma isolada. Devem antes ser abordadas de forma transversal, por grandes áreas interdisciplinares;

4. “Como estão a evoluir as nossas liberdades individuais?”. Pacheco Pereira considera que com o argumento da eficácia, da facilidade estamos cada vez mais controlados por sistemas electrónicos e de videovigilância. “Desde que entramos no automóvel e pagamos a portagem e o parque de estacionamento com meios electrónicos, é possível vermos todos os movimentos controlados. Pacheco Pereira criticou a colocação de chips nas matrículas dos automóveis”, denunciando que essa é mais uma medida que nós vamos permitindo em nome da facilidade, mas “que isso facilita tudo menos a nossa liberdade e identidade”;

5. “Qual a posição relativamente à política externa e defesa?” O último conferencista de 2008 da Universidade de Verão Francisco Sá Carneiro considera que a situação internacional está a agravar-se rapidamente e que assistimos a um declínio da única potência armada da democracia, os Estados Unidos e que “a Europa não conta militarmente no cenário internacional, pois não tem exército”.

No período destinado às questões dos alunos, Pacheco Pereira respondeu a questões como o enquadramento ideológico do PSD na sua história, a propaganda do governo nos meios de comunicação, o balanço do Governo do Partido Socialista, o papel dos grupos de reflexão dentro do partido.

### O 7º dia: encerramento, discurso da “rentrée” política do PSD, pela Presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite

O último dia da Universidade de Verão de 2008, foi marcado pelos discursos finais de encerramento de trabalhos e, fundamentalmente”, pelo discurso da Presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, que marcou e definiu a “rentrée” política do nosso Partido, após as férias de Verão.

Esse discurso está publicado na íntegra nas primeiras páginas desta edição. Assim terminou a UV/’008 e resta esperar a UV/2009, que decerto terá a mesma ou ainda melhor qualidade desta, como é desejo de todos. - Carlos Lopes, para o “Povo Livre”, fotos JSD



# O Primeiro-Ministro, o seu Governo, e alguns dos seus “buracos negros” ...

(Colagem de alguns textos de J. Pacheco Pereira)

A manipulação de estatísticas é uma especialidade do primeiro-ministro. Chega a ser chocante como são manipulados os números do emprego/desemprego, contra todas as evidências e realidades. O primeiro-ministro tem uma técnica que qualquer professor conhece nos estudantes que querem disfarçar o que não sabem: argumenta que o que lhe perguntam (ou o facto que é suposto comentar) não é “importante”, o que é “importante” é um factóide lateral, uma comparação conveniente com uma série qualquer sem valor estatístico, ou com um facto desirmanado do seu conjunto. Um truque estatístico típico é a comparação (sem qualquer valor estatístico) com os anos 2002-2004 dos governos PSD/CDS, esquecendo que, na esmagadora maioria dos casos, os resultados desses anos só se compreendem integrados nas séries estatísticas mais longas, em particular incluindo os governos Guterres, de que José Sócrates fez parte. A realidade é que nos últimos treze anos é o PS que governa Portugal, com um pequeno hiato de três anos de governos PSD/CDS. Qualquer referência ao “passado”, e ao que nele se fez ou não se fez, atinge em primeiro lugar o PS.

## Manipulação de informação através da comunicação social controlada pelo Governo.

Depois de ter escrito a primeira parte deste artigo, a RTP ofereceu um excelente exemplo daquilo para que serve ao Governo: no dia 30 de Agosto, no noticiário das 13h, a RTP mostrou serviço. Estava-se em pleno apogeu de notícias sobre a criminalidade violenta e o MAI tinha metido os pés pelas mãos nas entrevistas dos dias anteriores. Uma operação espectacular apresentada como sendo de resposta à criminalidade violenta, convenientemente acompanhada por tudo o que é jornalista (o que diz muito sobre a sua confidencialidade), punha na rua centenas de polícias, GNR, carros e helicópteros. Na verdade, o que se estava a passar tinha bem pouco a ver com a criminalidade violenta, mas era apenas uma gigantesca operação stop, dando os resultados que se esperam de uma operação stop: condução com excesso de álcool, doses de droga para consumo, meia dúzia de armas brancas. O puxar de todos os recursos para essa operação dava aliás uma excelente oportunidade ao crime, visto que o policiamento, já de si escasso, de muito do país, ficou ainda mais ausente. Mas era preciso fazer o show e o show foi feito. Não terá continuidade, porque não há recursos e a sua eficácia é limitada a crimes menores, mas passa bem na televisão.

Mas a RTP fez mais. Fez uma peça sobre a criminalidade, montada com as declarações que tinham feito na véspera o PP e o PSD, intercaladas por declarações especiais feitas para o efeito do ministro dos Assuntos Parlamentares, por coincidência o ministro da tutela da RTP. Ou seja, tudo estava montado para a peça servir para o ministro responder na televisão, sempre com o direito à última palavra numa peça de encomenda. A coisa era tão escandalosa que à noite já não foi repetida, dados os protestos.

## Pressões para que não se faça o escrutínio de informações potencialmente danosas para o PM.

O facto singular que mais me preocupa na maneira como este Governo, em particular o primeiro-ministro, usa o poder foi o modo como reagiu às dúvidas e acusações sobre dois aspectos do seu currículo profissional, as suas qualificações académicas e a sua actividade de autor de projectos de casas. Houve um cheiro de Watergate no episódio. Em nenhum dos casos as dúvidas fundamentais foram respondidas e muitos aspectos obscuros persistem por esclarecer. Alguns dos documentos são particularmente bizarros, como as emendas ao currículo na Assembleia da República, e o primeiro-ministro mostrou um conceito muito elástico da verdade, fugindo de responder ao que lhe perguntavam.

Mas ainda pior e mais preocupante foi o modo como se tratou este “caso”, com o Governo e o primeiro-ministro a tudo fazerem primeiro para o abafar, quando ele ainda estava confinado a um blogue, depois para o circunscrever ao jornal que o lançou, e, depois de este ter alastrado, para desacreditar quem o tinha suscitado, o Público. Tratava-se de uma investigação com inteira legitimidade jornalística, visto que em qualquer país democrático é normal o escrutínio do currículo profissional do primeiro-ministro, que aliás estava oficialmente publicado pelo Governo e depois foi alterado.

## Colocação no mesmo plano das propostas da Oposição e das do Governo e pressões para que a discussão se centre nas propostas da Oposição “igualizando-as” às do Governo

Há uma diferença fundamental entre a oposição e o Governo, é que o Governo é que detém o poder, é ele o primeiro a dever ser escrutinado por todos os meios possíveis. No essencial, é ele que “faz” ou não “faz”, é ele que detém os meios e a informação, os peritos e o know how, o conhecimento detalhado das condições financeiras e outras. Isso não significa que a oposição não deva igualmente ser escrutinada nas suas propostas. Só que não é a mesma coisa, nem deve parecer que é a mesma coisa. Aliás, existe muitas vezes o erro de a oposição querer parecer que é idêntica ao Governo na sua capacidade de apresentar propostas de governação. Não é, nem deve procurar ser, deve apresentar propostas que tenham outra lógica, a de alternativas de políticas, mas evitar na maioria dos casos a apresentação de medidas concretas no mesmo plano de uma proposta governamental. Interessa aos governos esta “igualização” comunicacional como típica política de distracção e desresponsabilização.

Estes são alguns exemplos do modo como o actual Governo de José Sócrates foge de ser escrutinado como devia e como um sistema complacente e acrílico o protege de revelar os mediocres resultados de uma governação que, à partida, tinha excepcionais e únicas condições para ser diferente. - © J. P. Pereira, in “Abrupto”. (Nota: título da responsabilidade do PL)

# Após mais uma descarga no Rio Este, maioria socialista prossegue política de “faz-de-conta”

Enquanto os responsáveis socialistas da Câmara Municipal se mostram apostados em dar prioridade a projectos que pouco aportam à qualidade de vida dos Bracarenses, os factos vão demonstrando o total fracasso das políticas desenvolvidas em áreas que tocam directamente aos cidadãos, como sejam a da protecção do meio ambiente.

Neste âmbito, a mais recente descarga poluente no Rio Este vem provar aquilo que só o administrador da Agere E.M. e o Presidente da Câmara Municipal de Braga não querem reconhecer: o Rio Este continua (a ser) poluído e a edilidade revela-se completamente impotente para combater este estado de coisas ou, o que é pior, assume uma postura cúmplice (por inércia) para com os infractores da Lei.

Já por diversas vezes a Comissão Política do PSD de Braga denunciou a caducidade e o falhanço das políticas ambientais de Mesquita Machado que, com determinadas decisões, é aliás culpado da forma como o Rio Este se apresenta aos Bracarenses.

Neste particular, as conclusões que constam do Relatório da Direcção Municipal de Planeamento e Ordenamento da Câmara Municipal de Braga de apoio à revisão do PDM são arrasadoras para as políticas empreendidas pela maioria socialista ao longo das últimas décadas e deviam, por si só, originar a penitência pública de Mesquita Machado e seus pares.

Afinal, foi por acção directa da Câmara, pelas opções políticas assumidas e pela passividade em relação aos múltiplos atropelos cometidos nas margens do Rio, como sempre fizemos questão de frisar, que se “agravou a possibilidade de ocorrência de cheias” com “graves consequências materiais”, que o “rio tem sofrido fortes pressões pela existência, ao longo do mesmo, de edifícios habitacionais e industriais” e que a má “qualidade da água do sistema ribeirinho do rio Este reflecte o aumento da pressão urbanística e o crescimento da cidade, caracterizando-se por uma constante alteração e degradação do ecossistema”.

Neste mesmo documento pode ainda ler-se que “a água do Este apresenta evidentes índices de poluição, fruto das excessivas emissões de efluentes domésticos e industriais, tornando-a imprópria para o consumo humano e para banhos”. Ora, se assim



acontece regularmente, o que dizer de descargas verdadeiramente “assassinas” como a que se verificou no final do passado mês de Agosto?

Por esta altura, já devia a Autarquia ter identificado e sancionado os infractores, participando dos mesmos às Autoridades competentes para que se pudesse actuar até às últimas consequências. Bem pelo contrário, a culpa parece querer morrer novamente solteira...

Perante isto, encenações como em vésperas das eleições calçar umas galochas para ir ver peixinhos “semeados” ou declarações levianas sobre a despoluição do Rio são a ilustração possível da política ambiental da Autarquia.

Em contraponto ao folclore político, o PSD Braga propõe que a Câmara Municipal tenha uma postura activa na fiscalização das descargas no Rio Este e que definitivamente olhe para a área do ambiente como uma prioridade.

Em tantas e tantas áreas, do tratamento dos seus cursos de água (em que incluímos também o Rio Torto), à criação e manutenção de espaços verdes, ao aproveitamento das margens do Cávado, às políticas de fomento das boas práticas ambientais, esta é uma Câmara que finge mais do que faz.

Chega mesmo a ser confrangedora a falta de acção da maioria socialista que, nas descargas do Rio Este, como no abate de árvores na Falperra ou na transformação dos espaços verdes dos loteamentos em pequenas selvas ou lixeiras, não vê, não ouve e nada diz ou faz.

Para o PSD Braga as políticas ambientais, para lá de serem encaradas numa visão global de toda a gestão autárquica, são uma prioridade já

assumida, consubstanciada na atempada adesão aos princípios da Agenda XXI Local.

Os Bracarenses já perceberam que Mesquita Machado não tem qualquer predisposição para as políticas ambientais. Após mais este silêncio e inacção perante mais um atentado contra o Rio Este, resta-nos apelar para que não tente vestir um fato que claramente não lhe assenta bem.

Ah, se os Bracarenses quiserem uma Autarquia atenta ao ambiente e à qualidade de vida, esperem por Outubro de 2009. Combinado? – CPS/PSD-Braga

## Freguesia de Ruilhe e as suas verdadeiras prioridades

Durante o último mês de Setembro, foram várias as reuniões do Presidente da Câmara Municipal de Braga com diferentes Presidentes de Junta de Freguesia com o intuito de reunir os contributos dos mesmos para o próximo Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Braga. Se por um lado se saúda a postura da CMB, já se lamenta que este tipo de reunião não sirva para debater e fomentar a aglutinação de sinergias de freguesias vizinhas e se continuem a pautar por “estender da mão” em desuso, típico de um edil “controladeiro”, fora de moda e sem qualquer visão de uma gestão autárquica moderna.

No que concerne à freguesia Ruilhe, os eleitos pela Coligação Juntos por Braga mantêm-se fiéis aos compromissos assumidos com a população em 2005, quando não conquistaram o poder na freguesia por um punhado de votos que, face à actual conjuntura do concelho e da freguesia, ira duplicar na diferença com que desta

feita serão a força mais votada.

Assim, começa-se por salientar que a obra do adro da Igreja, que se eterniza na vontade do actual presidente da Junta e esconde nas gavetas do município é redutora e não satisfaz só de per si as necessidades dos fregueses de Ruilhe. Não se desvaloriza a importância e o mérito deste projecto, no entanto um autarca que limita um mandato a uma gestão corrente medíocre e que governa para a concretização de uma obra que não sai do papel, não merece a confiança dos eleitores e revela uma confrangedora falta de ambição.

Atento o exposto, os eleitos pela coligação juntos por Braga em Ruilhe voltam a salientar as seguintes prioridades para uma freguesia que se quer moderna e virada para o futuro:

1- Continuação do passeio desde a escola primária, até ao apeadeiro de Ruilhe, com a plantação de árvores tornando agradável a qualidade de vida da freguesia.

2- Proceder ao alargamento da estrada entre a junta de freguesia e a igreja de Ruilhe, promovendo a criação de espaços verdes, complementados com passeio para peões e estacionamento.

3- Arranjo urbanístico com a colocação de bancos de jardim para descanso dos idosos, atraindo assim a população para o coração da freguesia

4- Proceder ao alargamento da estrada para Tebosa.

5- Pugnar junto das autoridades competentes pela cobertura total da freguesia pelo ramal de água pública, e bem assim a conclusão das infra-estruturas de saneamento público.

6- Incentivar a cooperação institucional entre as várias organizações sedeadas na freguesia.

7- Promover iniciativas de cariz social e cultural dinamizando as instalações da Junta de Freguesia.

8- Dotar a freguesia de novas e melhores acessibilidades para cidadãos portadores de deficiências.

9- Promover a construção de loteamentos a custos controlados para a fixação dos jovens Ruilhenses na freguesia.

A um ano das eleições autárquicas a equipa da Coligação Juntos por Braga em Ruilhe renova o conjunto de compromissos com os seus eleitores. Com vontade política, ambição, trabalho e competência Ruilhe vai crescer e desenvolver-se já a partir de 2009. – CPS/PSD-Braga

# Investimentos aeronáuticos em Évora ficam-se pelos “outdoors” de campanha do PS

Está confirmado; e parece difícil *dar a volta*, infelizmente, como muitos recebavam, aconteceu o pior.

Já vão duas passagens de aviões por Évora, sem aterragem que não seja nos outdoors da campanha eleitoral do PS.

O que resta de credibilidade ao executivo municipal do PS? Não voa por certo, antes cai mais um pouco a cada dia.

Na mesma linha do comunicado no site da Geci, a nota de imprensa do Gabinete do Ministro de Estado Francês relata que:

«Ce projet aboutira à la création en France d'un nouvel avionneur civil positionné sur les marchés du fret, de l'humanitaire et du transport courte distance. Il conduira à la création d'une unité de conception et de production de turbopropulseurs légers dont la mise en place sera achevée fin 2011. Le projet industriel sera couplé à un important programme de recherche et développement.

Ce projet représente un engagement financier d'environ 100 M€.

Le Ministre d'Etat soutenant ce projet, a déclaré : «l'implantation de ce projet à 30 km de Metz permettra la création de 310 emplois directs et 700 emplois indirects en Lorraine, dans une région fortement touchée par les restructurations de défense. Elle viendra en outre consolider un tissu industriel solide et performant».

Il salue également à cette occasion l'engagement et l'implication des élus locaux et nationaux lorrains, notamment Nadine MORANO, secrétaire d'Etat chargée de la Famille, et Laurent HENART, député de Meurthe et Moselle, qui se félicitent d'une telle réalisation.

Jean-Louis BORLOO et Hubert FALCO ont confié à la Délégation Interministérielle à l'Aménagement et à la Compétitivité du Territoire (DIACT) la responsabilité de la coordination de tous les acteurs publics appelés à accompagner le projet. Elle est chargée d'animer un groupe-projet, composé de la Direction Générale de l'Aviation Civile (DGAC), d'OSEO-Innovation, des collectivités locales concernées, de la préfecture de région Lorraine et de la préfecture de Meurthe-et-Moselle avec la société GECI International, qui devrait, dans un premier temps, installer ses premiers salariés dès novembre prochain.»

No site da EspacialNews, podemos ler:

A GECI International anunciou ontem, ao final da tarde, em comunicado à bolsa de Paris, o lançamento oficial na Região da Lorena do programa Skylander, após uma



reunião entre o presidente da GECI, Serge Bitboul, e Jean-Louis Borloo, ministro de Estado, da Ecologia, da Energia, do Desenvolvimento Sustentável e do Ordenamento do Território.

“Perante a oportunidade proposta pelo Estado [francês] e pela Região da Lorena de instalar esta nova indústria aeronáutica em Chambley-Bussières e a vontade de respeitar o nosso calendário de projecto, procedemos à realocação do programa.

A GECI Internacional conta apoiar-se numa rede de parceiros industriais e espera integrar franceses, portugueses e outros europeus”, afirma Serge Bitboul. “Estamos orgulhosos do apoio oferecido pelo Estado e pela Região da Lorena para o lançamento do programa Skylander.

Com a tomada de participação na Reims Aviation Industries, a GECI Internacional reforça a sua lógica industrial e afirma vontade de se tornar o novo actor no mercado do turbo propulsor ligeiro”, conclui o presidente da GECI.

Jean-Louis Borloo e o secretário de estado responsável pelo Ordenamento do Território, Hubert Falco, já felicitaram a decisão tomada pelo conselho de administração da GECI Internacional.

Para o ministro de Estado, “este projecto permitirá consolidar um tecido industrial sólido e com grande desempenho, entre outros aspectos”. França ganha “guerra económica”, com inteligência.

O voo do Skylander para França é um claro sinal da falta de inteligência competitiva de uma burocracia de Estado, sem inteligência e, portanto, sem estratégia e sem capacidade de decisão para o desenvolvimento económico e que não só não sabe o que quer fazer como não deixa fazer.

As “dúvidas” portuguesas (de facto, manifestações de ignorância pura e dura) sobre a importância e qualidade do projecto não as teve Nicolas Sarkozy. A Espacialnews sabe que o governo

francês contactou a GECI no início de Agosto e em três semanas resolveu o assunto que em Portugal as autoridades não conseguiram tratar em mais de quatro anos, perdendo assim esta “guerra económica”.

A “guerra económica” é isto: a região da Lorena e o Estado Francês conseguiram ‘sacar’ a Portugal e a Évora um excelente projecto económico... Não por falta de boa vontade do investidor francês que tem adiado sucessivamente o projecto face aos atrasos portugueses, fiel à decisão de concretizá-lo em Évora.

Assim fica provado, mais uma vez, aquilo que a Espacialnews tem defendido, desde há anos: não é possível qualquer “choque tecnológico” sem estruturas de inteligência competitiva e sem a existência de “fundos” especificamente alocados à inovação e geridos por profissionais competentes... Sem isso, o “choque tecnológico” é uma miragem.

Ao que a Espacialnews pôde apurar, esta decisão da GECI deve-se ao facto de o desenvolvimento do projecto em Évora, nos prazos definidos, se ter tornado impossível face aos entraves e outras questões absurdas colocadas pela burocracia portuguesa, encarregue de dar seguimento ao projecto, já há muito classificado como Projecto de Interesse Nacional.

Face a estas dificuldades (que eram do conhecimento do gabinete de Sarkozy em todo o seu detalhe...), a GECI Internacional não teve outra opção... O conselho de administração da GECI, face à proposta escrita e calendarizada do governo francês (com um prazo de resolução de três semanas, até ao fim de Agosto!), decidiu aproveitar a oferta do governo Sarkozy e transferir o projecto para a Região da Lorena, até para não pôr em causa as mais de 600 intenções de compra do Skylander já registadas. Quanto ao modo como o mercado recebeu esta decisão, bastará ver a evolução em bolsa, hoje, das acções da GECI e a evolução nos últimos dois dias da sua participada Reims Aviation. Como

epílogo desta triste história, registre-se que a burocracia de estado, com Basílio Horta à cabeça, tem aqui um excelente episódio para descobrir o que é isso da “guerra económica global” e como essa “globalização” exige inteligência competitiva e impõe tempos de decisão muito curtos...

Agradeçam, se fazem favor, esta lição de Sarkozy...”Uma notável oportunidade para o tecido industrial da Lorena”.

O presidente do Conselho Regional da Lorena, Jean-Pierre Masseret, salientou ontem que o Skylander “constitui para a nossa região uma notável oportunidade para estimular o seu tecido industrial, nomeadamente no domínio da construção aeronáutica”.

A Região da Lorena ajudará à instalação, em Chambley, das actividades do gabinete de estudos e actividades industriais do projecto e mobilizará o tecido industrial e financeiro regional. Um grupo-proyecto, dirigido pela Direcção do Ordenamento do Território (DIACT), a Região Lorena e a sociedade GECI Internacional, foi já constituído e os primeiros trabalhadores vão chegar a Chambley antes do fim do ano, a partir de Novembro.

Sobre a GECI Internacional - Há mais de 25 anos que o grupo exerce as suas actividades de consultadoria e desenvolvimento de engenharia de alta tecnologia, com uma presença privilegiada no universo dos transportes e da aeronáutica.

Aliando conhecimento, excelência e inovação, o grupo, constituído por 700 trabalhadores e presente em mais de 10 países, participa em todo o mundo nos maiores programas aeronáuticos. Parceiro privilegiado dos maiores construtores, a GECI Internacional capitaliza a sua experiência e know-how técnico para oferecer ao mercado conceitos e produtos próprios inovadores.

A GECI Internacional possui a certificação de “Empresa Inovadora” pelo OSEO/ANVAR. – Do nosso correspondente, José Rita

Notícias de Sintra

## “Crime” no Museu Leal da Câmara

Em plena década de 20, num animado serão no Casal Saloio, alguém será brutalmente assassinado. Cabe a quem assiste desvendar o mistério. É esta a proposta de um projecto inédito que vai levar o público a percorrer o museu durante a noite na tentativa de descobrir o autor de um homicídio.

Com entrada livre, mas sujeita a marcação prévia, “Crime na Casa Museu Leal da Câmara” é uma animação teatral e interactiva na qual o público é o jogador e os actores os peões. O visitante será envolvido no “jogo de detectives” que o vai obrigar a trabalhar em conjunto. Em cada olhar, cada gesto, pode esconder-se um impiedoso assassino.

A história é ficcionada e está desfasada da realidade a nível do espaço e do tempo, apesar de envolver duas personagens que existiram de facto: o Mestre Leal da Câmara e a sua mulher.

O “crime” está na Casa Museu nos dias 6, 11, 19 e 20 de Setembro às 21H30 – **Gab. Imp. CM Sintra**

### “Poupança de Energia Eléctrica”

A Câmara Municipal de Sintra vai realizar uma campanha aberta à população subordinada ao tema “Poupança de Energia Eléctrica”, que irá decorrer no concelho entre 8 de Setembro e finais Novembro.

A ideia é informar e alertar os consumidores para a necessidade de poupar energia eléctrica e estimular a mudança de comportamentos. Os municípios que queiram participar devem dirigir-se às Juntas de Freguesia que já aderiram: Algueirão-Mem Martins, Monte Abraão e Belas.

Com a campanha “Poupança de Energia Eléctrica” pretende-se demonstrar que, com pequenos gestos e sem esforço financeiro, é possível obter uma poupança significativa de energia eléctrica e reduzir o impacte das emissões de gases com efeito de estufa, com especial destaque para o dióxido de carbono (CO2).

Dado que o público-alvo desta campanha são as escolas (professores e alunos dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico), as empresas e a comunidade em geral, a autarquia tem previstas várias sessões, a realizar em diversos Agrupamentos do

Ensino Básico, Juntas de Freguesia e, ainda, um seminário (que irá decorrer em Outubro) destinado, especificamente, aos empresários do concelho.

As denominadas “Brigadas do Carbono”, constituídas por técnicos, com formação específica na área do ambiente, vão alertar para a absoluta necessidade de se reduzir o consumo e os desperdícios de electricidade.

Esta campanha é um projecto da DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, apoiada pela ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos), ao qual a Câmara Municipal de Sintra se associa através da realização de diferentes iniciativas. – **CMS**

### 32ª Edição da Meia Maratona de São João das Lamas

A 32ª Edição da Meia Maratona de São João das Lamas, uma das provas desportivas mais antigas do país, vai realizar-se dia 13 de Setembro pelas 17h00, sendo aberta à população.

A iniciativa é a segunda prova da especialidade mais antiga, tem um percurso com a extensão de 21.097 metros, com partida e chegada em São João das Lamas.

Em simultâneo realiza-se a 5ª Mini Maratona, iniciativa com extensão de 5.5 km que visa incentivar a população a participar em maratonas.

Desde a sua primeira edição que a Meia Maratona de São João das Lamas conta com a presença de grandes nomes do atletismo, destacando-se nos últimos anos os atletas Quenianos, quer em femininos, quer em masculinos.

Na edição de 2007, Peter Korir do Quénia estabeleceu a melhor marca do percurso em 1h04m58s. Em femininos venceu a também Queniana Flora Kendie, atleta que estabeleceu a melhor marca neste sector com o tempo de 1h06m20s.

Ambas as provas são organizadas pelo Meia Maratona de São João das Lamas- Grupo de Dinamização Desportiva e Câmara Municipal de Sintra, no âmbito do projecto “Sintra a Correr”,

As inscrições deverão ser efectuadas no site oficial da prova ([www.lampas.org](http://www.lampas.org)) até ao dia 7 de Setembro. – **Gab. Imp. CMS**

Notícias de Viseu

## Distrital exige reorganização radical dos serviços da administração central e regional

A distrital de Viseu do PSD exigiu hoje ao Governo socialista uma “alteração radical” das políticas dirigidas ao distrito no que respeita à reorganização dos serviços da administração central e regional do Estado.

“É tempo de acabar com o sistemático esquecimento que nos tem sido dedicado e de serem criados no nosso espaço regional serviços com importância e dimensão político-administrativa compatível com os níveis de desenvolvimento que perseguimos”, defendeu, em conferência de imprensa, o presidente da Comissão Política Distrital, José Cesário.

Na sua opinião, o distrito de Viseu tem “plenas condições” para acolher serviços de coordenação regional em áreas como o Planeamento do Desenvolvimento Regional, a Saúde, a Educação ou a Economia.

José Cesário frisou que têm sido anunciados novos serviços regionais para outros distritos, mas para Viseu, além da Direcção Regional de Florestas do Centro, que considera uma mera “mudança de nome, porque a Circunscrição Florestal já funciona em Viseu desde 2004, nada mais foi anunciado ou criado”.

Para o dirigente, vive-se “uma inadmissível e descarada campanha de esvaziamento político-administrativo do distrito”, que “contribui para a redução da sua capacidade de atracção de recursos humanos qualificados e, conseqüentemente, para um menor nível de riqueza”.

Apontou como exemplo a tão ansiada universidade pública, que “iria dar dimensão cultural e política à região e implicaria fixação de pessoal”, lamentando que o Governo tenha esquecido o projecto de Viseu e decidido criar um novo curso de Medicina no Algarve.

Segundo José Cesário, esta situação revela “falta de poder político local e incapacidade dos políticos que suportam a actual maioria governamental para influenciarem decisões que discriminem positivamente o distrito de Viseu”. – **Fonte: Lusa**



Notícias do Algarve

## Custos do Registo Predial mais que duplicaram!



Em Perguntas ao Governo remetidas para a Assembleia da República, o deputado por Faro, Mendes Bota insurge-se contra o aumento brutal dos custos com os actos sujeitos a Registo Predial impostos pelo executivo aos cidadãos, que em várias situações ultrapassam os 100%.

*Final, segundo o deputado, o Programa de Simplificação da Administração Pública "Simplex", traduziu-se numa sobrecarga de custos para os cidadãos e as empresas, facto que pretende ver confirmado por escrito pelo governo. Segue o texto do documento:*

Muito recentemente, a Associação Nacional de Notários divulgou um panfleto, procurando demonstrar que, ao invés de os custos para os cidadãos, com o Registo Predial, estarem 50% mais baratos, esses mesmos custos cresceram exponencialmente depois da implementação do Programa de Simplificação da Administração Pública Simplex, para o mais do dobro dos valores.

Assim, ao abrigo das normas constitucionais, legislativas e regimentais em vigor, requiro ao Governo se digne informar o seguinte:

Confirma ou não, relativamente aos pedidos de registo predial dos factos abaixo descritos, que os preços em vigor antes e depois do Simplex, eram e são os seguintes:

- 1- COMPRA DE UMA CASA – passou de € 125,00 para € 250,00
- 2- COMPRA DE UM APARTAMENTO E GARAGEM – passou de € 175,00 para € 250,00
- 3- COMPRA E VENDA DE UM APARTAMENTO COM EMPRÉSTIMO E HIPOTECA – passou de € 260,00 para € 500,00
- 4- COMPRA E VENDA DE UM APARTAMENTO E UMA GARAGEM COM EMPRÉSTIMO E HIPOTECA DE AMBOS – passou de € 360,00 para € 500,00
- 5- UM EMPRÉSTIMO COM HIPOTECA – passou de € 135,00 para € 250,00
- 6- DOAÇÃO DE UM PRÉDIO URBANO – passou de € 125,00 para € 250,00
- 7- ALTERAÇÃO DO ESTADO CIVIL DO PROPRIETÁRIO – passou de € 48,00 para € 100,00

Mais requiro que, relativamente a cada um destes preços, antes e depois do Simplex, me sejam indicadas as respectivas data de entrada em vigor. - **José Mendes Bota, Depº**

Notícias dos Açores

## PSD/Açores reivindica mais 400 agentes da PSP



Os deputados do PSD/Açores defenderam um reforço de 400 agentes da polícia nos quadros da PSP na Região, de forma a combater os “índices de criminalidade crescentes”.

“A Região Autónoma dos Açores tem razão de queixa da falta de meios e recursos para a PSP”, afirmou José Manuel Bolieiro, vice-presidente do grupo parlamentar social-democrata, no final de uma reunião entre os deputados do partido eleitos por São Miguel e o presidente da câmara municipal da Lagoa.

Segundo o deputado do PSD/Açores, existem esquadras da PSP em alguns concelhos do arquipélago que “chegam a fechar durante algumas horas do dia, por falta de polícias”, enquanto que outras funcionam com um reduzido número de agentes.

José Manuel Bolieiro adiantou que os actuais quadros da PSP nos Açores necessitam de mais 200 elementos para ficarem preenchidos, mas os “índices de criminalidade crescentes” que se verificam obrigam à presença de mais 400 agentes a trabalhar na Região.

Recorde-se que, em Fevereiro de 2007, o parlamento açoriano aprovou, por unanimidade, uma proposta de resolução do grupo parlamentar do PSD em que se defende a “urgente tomada de medidas especiais no sentido do reforço de meios técnicos e humanos para as forças de segurança” na Região.

O deputado social-democrata considerou, ainda, que a Lei de Segurança Interna, recentemente promulgada, representa uma “derrota” do presidente do governo regional, dado que não prevê a possibilidade da Região coordenar a PSP.

“É uma derrota do presidente do governo regional e do PS/Açores em convencer a maioria parlamentar na Assembleia da República e o governo para uma alteração da Lei de Segurança Interna favorável aos interesses da segurança pública nos Açores”, sublinhou.

### Berta Cabral encabeça lista de São Miguel

Berta Cabral é a cabeça-de lista do PSD/Açores pela ilha de São Miguel às próximas eleições legislativas regionais, anunciou hoje o partido.

Em comunicado, os social-democratas adiantaram que a escolha de cada um dos 27 candidatos que compõem a lista “teve em conta critérios de exigência ética, de excelência cívica e política”.

“Com a apresentação da lista no seu conjunto, o PSD apresenta aos eleitores micaelenses gente com experiência política e identificação com o projecto social-democrata de autonomia política e do desenvolvimento dos Açores, bem como



jovens empenhados num futuro melhor para a sua geração, todos partilhando o mesmo ideal de uma sociedade solidária e inclusiva”, salientaram.

Segundo o PSD/Açores, as listas do partido para as eleições legislativas regionais de Outubro reflectem “um projecto alternativo de governação para a Região, bem como candidatos a deputados, que preencham as componentes políticas e técnicas necessárias ao suporte parlamentar do seu executivo regional”.

Os social-democratas asseguraram, ainda, que a lista de candidatos pela maior ilha açoriana, encabeçada pela presidente da comissão política de ilha, Berta Cabral, “representa a diversidade da sociedade micalense, quer em termos sociais, etários e geográficos”.

A lista de candidatas a deputados nas eleições legislativas regionais por São Miguel é entregue amanhã, sexta-feira, no tribunal de Ponta Delgada, com a presença do presidente do PSD/Açores, Costa Neves.

### Lista pela Terceira é “alternativa credível” ao PS

O PSD efectuou esta manhã, no tribunal de Angra do Heroísmo, a entrega da sua lista de candidatas a deputados pelo círculo eleitoral da ilha Terceira. A ocasião serviu para o mandatário local referir que a lista apresentada é “uma alternativa credível para quem quer uma política diferente nos Açores”.

Joaquim Ponte afirmou que “quem assim o desejar tem, na lista do PSD, consubstanciada essa opção”. O também deputado à assembleia da República frisou ainda que “quem achar que a política actual satisfaz, ou que quiser mais do mesmo, tem sempre a hipótese de votar no PS ou no CDS”, opções que o social-democrata classificou como sendo “indiferentes” uma da outra.

O líder local do PSD, António Ventura, salientou a vontade do partido em “recuperar o peso que a Terceira perdeu, ao logo dos últimos doze anos, no contexto regional”. O fecho de diversos serviços e a “incerteza sobre o que acontecerá a outros”, associado ao “claro desinvestimento na ilha”, foram preocupações recordadas pelo actual deputado.

A lista social-democrata apresenta como número um o líder regional do partido, Costa Neves (54 anos; Jurista), simultaneamente candidato pelo novo círculo de compensação, seguindo-se os actuais deputados Clélio Meneses (38 anos; Advogado), António Ventura (40 anos; Engenheiro Zootécnico) e Carla Bretão (34 anos; Economista).

O quinto da lista é Paulo Ribeiro (37 anos; Engenheiro Técnico Civil), vindo depois Sandra Bessa (39 anos, Licenciada em Relações Internacionais), Luís Carneiro (26 anos; estudante universitário), Berto Cabral (30 anos; Farmacêutico), Marcos Couto (37 anos; Professor) e Francisco Santos (43 anos; Oficial de Operações).

Da lista fazem ainda parte Guilherme Melo (45 anos; Inspector de Trabalho), Carla Forte (32 anos; Engenheira do Ambiente), José Pimentel Dias (53 anos; Jurista), Francisca Toledo Gomes (30 anos; Advogada); Maria do Carmo Amaral

(33 anos; Educadora de Infância), João Madruga (51 anos; professor universitário), Nélia Monteiro (39 anos; Educadora de Infância) e João Furtado (53 anos; Técnico da Segurança Social).

### PSD quer explicações sobre o preço do leite

O PSD/Açores pediu hoje explicações ao governo regional sobre os resultados “já alcançados” pela comissão técnica criada em Abril para “estudar as razões da diferença entre o preço do leite pago à produção no continente e nos Açores”. Considerando que, na altura, o executivo anunciou que o grupo “iria apresentar resultados em breve”, os social-democratas pedem agora contas aos mesmos, uma vez que o governo prometeu “monitorizar e acompanhar o trabalho, de forma às funções da comissão serem devidamente concretizadas”, diz um requerimento enviado à assembleia legislativa.

Referindo que, no continente, o preço do litro de leite pago à produção “se distanciou do preço pago nos Açores”, e percebendo-se que, a 1 de Setembro de cada ano, o mesmo “sofre, tradicionalmente, uma variação positiva nos Açores”, criando o chamado “preço de Inverno”, o PSD pretende saber, em concreto, qual a influência actual “do custo dos transportes dos produtos lácteos para o continente no preço do litro de leite pago à produção”, bem como as previsões do governo “sobre a evolução do preço do litro de leite ao produtor e ao consumidor para os próximos seis meses”, diz o documento.

Segundo o porta-voz social-democrata para o sector é necessário conhecer-se, “a todo o momento”, o que determina o preço do leite pago aos produtores e apresentado aos consumidores, “evitando-se assim possíveis aproveitamentos e oportunismos”. Foi nesse sentido que, acrescenta António Ventura, o PSD propôs, em 2007 “e em plenário da assembleia legislativa”, a criação de um observatório dos preços.

A iniciativa foi rejeitada pela maioria PS, mas, segundo o deputado, “responda às necessidades de conhecimento da formação dos preços”, área onde António Ventura afirma que o governo “tem revelado um enorme desconhecimento”, sendo que “o imobilismo da tutela vai lesando os produtores e, principalmente, os consumidores açorianos”, critica o parlamentar.

### PSD quer defesa “intransigente” dos trabalhadores portugueses nas Lajes

O PSD/Açores apresentou esta tarde, em reunião realizada em Angra do Heroísmo, um conjunto de propostas ao relatório final da comissão eventual sobre o impacto do Acordo entre Portugal e os EUA, que os social-democratas, após as audições a diversas entidades, entenderam ser úteis na fundamentação final do texto. Dessas, destaca-se a vontade expressa de “no âmbito das suas





competências políticas e executivas”, haver uma referência expressa para que as autoridades “nacionais e regionais” procedam “a uma defesa intransigente da manutenção dos postos de trabalho dos portugueses na base das Lajes”.

Após a reunião, o deputado Clélio Meneses referiu que “continuam a surgir notícias da possibilidade de mais despedimentos e, com cerca de 850 trabalhadores portugueses, longe vão os mais de 3000 contabilizados na década de setenta”, esclareceu. Os social-democratas propuseram ainda um estudo sociológico de



avaliação “dos efeitos da presença norte-americana nos Açores, com especial incidência nos bairros sociais existentes na proximidade da base”, assim como a promoção da aquisição “pelos norte-americanos” de produtos locais, “designadamente ao nível da agro-pecuária”, disse o deputado.

Clélio Meneses referiu igualmente a proposta para avaliação dos “impactos ambientais da presença norte-americana, designadamente, ao nível dos solos, das águas e do ar”, devendo promover-se, “em parceria e com financiamento norte-americano”, um estudo “relativo à eventual contaminação dos solos e das águas da ilha Terceira e à emissão de gases decorrentes da utilização da base aérea por uma força militar estrangeira”.

PSD propôs ainda “promover a avaliação dos níveis de poluição sonora na zona limítrofe da base”, a avaliação dos furos de captação de água existentes e a abrir pelos norte-americanos, de modo a prevenir-se a intrusão salina, e a promoção “otimizada” dos conhecimentos, recursos e meios disponíveis por ambas as partes naquele campo.

Os social-democratas querem também a existência de um organismo que estabeleça a ligação com a parte norte-americana “de modo a promover contrapartidas do Acordo para as entidades locais, e que haja medidas para “avaliar, acompanhar e participar em tudo o que implique uma alteração da utilização militar da Base e, em especial, da eventual alteração do Acordo vigente”, explicou o deputado.

A redacção final do documento será aprovada na próxima terça-feira (dia 9), na cidade da Horta, tendo a comissão solicitado mais tempo para apreciar as propostas feitas pelos social-democratas. – **Gab. Imp. PSD/Açores**

## Notícias do Barreiro

# 12 minutos que valem bem um mandato



A candidatura do município do Barreiro ao programa de Valorização das Frentes Ribeirinhas e Marítimas, no âmbito do actual quadro de financiamentos comunitários, não foi aceite por ter sido entregue 12 minutos para além do fecho do prazo estabelecido.

A população do Barreiro vê -se, assim, espoliada em 3,5 milhões de euros, bem necessários para qualificar a sua frente ribeirinha.

No debate sobre a nova travessia do Tejo, Carlos Humberto, presidente da Câmara do Barreiro, exaltou a nova travessia e os benefícios que traria para os concelhos da Margem Sul. Apanhado em flagrante delito de incompetência, recusa assumir a responsabilidade política da gafe dos serviços que tutela. Perante o coro unânime da oposição, o edil do Barreiro jura jamais se demitir.

Eis um exemplo acabado de actuação política da qual é urgente o País se livrar quanto antes. Tempo é dinheiro. Neste caso, é muito dinheiro e quem lida com ele de forma tão irresponsável deve sair. Se não for já, que seja em Dezembro de 2009, pelo voto esclarecido e sancionador dos eleitores do Barreiro. - © DN, 5-09-08



Assunção Esteves

## “A política europeia de direitos humanos precisa de uma revolução”



Na Sessão Plenária do Parlamento Europeu, que decorreu na semana passada em Bruxelas, a Deputada do PSD Assunção Esteves participou no debate do Relatório Flautre sobre a avaliação das sanções comunitárias no domínio dos direitos humanos.

Assunção Esteves iniciou a sua intervenção afirmando que Europa precisa de uma “grande mudança para tomar os direitos a sério.” Lembrou que “sanções inteligentes e eficazes” devem ligar-se a uma resposta “estrutural e sistémica”.

Para a Deputada do PSD, a Europa precisa de “mais unidade, o mito das fronteiras ainda se senta à mesa das nossas decisões. Também se sentam as nostalgias pós-coloniais e os interesses de ocasião”. Mas, na sua opinião “os direitos humanos exigem um poderio europeu, uma integração mais intensa e mais extensa.”

“Uma nova Europa não é uma Europa em que cada um decide o que quer e como quer. Uma nova Europa é um corpo único e tem nos direitos humanos não apenas um fim, mas o próprio instrumento da sua geopolítica.”

Para Assunção Esteves o caminho é simples:

“Um centro político europeu forte, um Parlamento Europeu com poder de decidir.

A responsabilidade partilhada das diplomacias dos Estados membros na defesa quotidiana dos direitos humanos. A pilotagem desta tarefa pela Comissão Europeia.

Delegações da Comissão Europeia nos países terceiros mais políticas e menos burocráticas.

Pressão sobre a Organização Mundial do Comércio para investigar a dignidade democrática dos seus membros.

Promoção de formas de organização idênticas à União.

Diálogo intenso com a União africana e a União dos Estados da América Latina e outras formações regionais.

Incentivo à reforma política dos países terceiros onde ela é necessária aos direitos.

Aposta na ajuda ao desenvolvimento.

Pressão sobre a reforma das Nações Unidas, com um papel fulcral da União Europeia.

Criação de uma estratégia europeia interna contra a dependência, centrada numa política energética única e numa política de defesa consistente.”

A Deputada do PSD terminou a sua intervenção lembrando, perante o Plenário, que nesta matéria dos direitos

humanos, a “política europeia precisa de uma revolução.”

## Duarte Freitas defende os agricultores portugueses no Parlamento Europeu

Encontra-se actualmente em discussão no Parlamento Europeu a proposta legislativa da Comissão Europeia para o Health Check (exame de saúde) da PAC.

Para o Deputado Europeu Duarte Freitas, “este Health Check pode ser considerado como o início de um processo a que podemos chamar de contra-reforma da PAC, visando recenter o âmbito desta política nos novos desafios do século XXI”.

Duarte Freitas, como membro efectivo da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu, apresentou uma série de propostas de alteração a esta proposta legislativa, no que concerne à Modulação Voluntária dos pagamentos directos.

Para Duarte Freitas, “com o aumento das taxas de modulação obrigatória, deixa de fazer qualquer

sentido o sistema de modulação voluntária”, tendo assim proposto que o Regulamento (CE) n.º 378/2007 do Conselho, que estabelece regras de modulação voluntária dos pagamentos directos, fosse revogado.

Portugal e o Reino Unido foram os únicos Estados-Membros que decidiram aplicar a modulação voluntária, que pode retirar até 20% dos pagamentos aos agricultores, transferindo-os para políticas de desenvolvimento rural.

De referir que o nosso país é o que apresenta um maior equilíbrio entre o Pilar I (pagamentos aos agricultores) e o Pilar II (desenvolvimento rural) da PAC, pelo que seria o país onde a modulação voluntária faria menos sentido.

Por outro lado, Portugal é dos países que mais dinheiro devolve a Bruxelas do FEADER - Fundo



Desenvolvimento Rural.

A decisão do Governo Português de avançar para a Modulação Voluntária só encontra pois justificação na vontade de tirar dinheiro aos agricultores portugueses (que já são dos que menos recebem de pagamentos directos na UE) para reforçar os Orçamentos de Estado.

Duarte Freitas propôs ainda que sejam os Estados-Membros a escolher se querem ou não integrar no Regime de Pagamento Único (RPU) os sectores ainda não abrangidos por esse regime (culturas arvenses, carne de bovino). Apesar de, em teoria, a dissociação dos pagamentos directos introduzir flexibilidade nas escolhas dos produtores, há que ter em conta os impactos negativos da introdução destes regimes de apoio no RPU, em determinadas zonas rurais.

Finalmente, e dada a importância



que o sistema de quotas de leite tem para o sector leiteiro nacional, Duarte Freitas propôs que não sejam feitas mais alterações a este sistema até 2010. Para Duarte Freitas: “Atendendo à instabilidade do mercado leiteiro e às perturbações e prejuízos que o aumento de 2% da quota de leite na actual

campanha provocaram ao nível da produção, sem consequências positivas para os consumidores, não deve ser feita qualquer alteração às quotas de leite no curto prazo.

De facto, actualmente as quotas estão sub-utilizadas na UE, pelo que,

para além do aumento de 2% já acordado, não deve haver mais nenhum aumento suplementar até que a situação do mercado o justifique.

Duarte Freitas contesta a irreversibilidade da abolição das quotas de leite em 2015, considerando que,

## Parlamento aprova relatório sobre sanções a Países Terceiros e censura especificamente o Governo português



O Parlamento Europeu aprovou um relatório sobre a política de sanções a países terceiros e que visa a presidência portuguesa da União Europeia. Em causa a presença de Robert Mugabe em Lisboa, quando estava formalmente proibido de entrar no território dos Estados membros

O Parlamento é contra “interrupção” das sanções da EU.

A aprovação do relatório recebeu larguíssima maioria e nele Portugal é visado por ter recebido em Lisboa o Presidente do Zimbábue, Robert Mugabe - que está proibido de entrar no território dos Estados-membros da União.

O chamado relatório Flautre (da autoria de Hélène Flautre, presidente da subcomissão de Direitos Humanos do PE) refere, num dos pontos, que a “credibilidade da UE e de cada um dos seus Estados-membros fica comprometida quando as sanções da

UE parecem ser interrompidas”. E recorda logo a seguir que Robert Mugabe foi convidado a participar na cimeira UE-África, realizada em Lisboa em Dezembro de 2007, “apesar de ter sido formalmente proibido de entrar em todos os territórios dos Estados-Membros”.

O relatório do PE lembra que as restrições à admissão “constituem uma das medidas iniciais da sequência de sanções” da União Europeia-implicando a “proibição de as pessoas ou entidades não estatais que constam da lista negra participarem em reuniões oficiais da UE ou entrarem na UE por razões privadas”. E conclui: “A adesão dos Estados-membros às proibições de concessão de vistos não tem sido a melhor possível”. O PE recomenda, por isso, que os membros da UE adoptem uma “abordagem concertada” na aplicação da proibição.

O relatório foi aprovado com 546

votos a favor, 36 contra e 46 abstenções. Entre os votos favoráveis contam-se os dos eurodeputados socialistas portugueses. Edite Estrela, chefe da delegação “rosa” no PE sustentou ao DN que o ponto que visa a presença de Mugabe em Portugal é, não uma crítica, mas “uma constatação”. Armando França, também eleito pelo PS, defende que o reparo é generalizado, na medida em que Mugabe veio a Lisboa “com o acordo de 26 Estados-membros” (a excepção foi o Reino Unido).

Já o eurodeputado do CDS José Ribeiro e Castro (que integra a subcomissão de Direitos Humanos e votou a favor do relatório) sublinha que o PE “gosta de atitudes mais claras e mais intransigentes com os ditadores africanos”.

A presença de Robert Mugabe na cimeira UE-África, durante a presidência portuguesa da União

Europeia, levantou controvérsia, com o Reino Unido a ameaçar não participar no encontro. Apesar disso, o ditador africano acabou por ser convidado. E ainda que o ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, tenha afirmado preferir que Mugabe não se deslocasse a Lisboa, o presidente do Zimbábue foi um dos participantes na cimeira.

O relatório ontem aprovado pelos eurodeputados é bastante crítico quanto à política de sanções da UE a países terceiros. O documento sustenta que a União Europeia usa de “duplicidade de critérios”. E critica “a relutância dos Estados Membros em antagonizarem grandes parceiros comerciais, como a Rússia”. O relatório defende que a aplicação de sanções pela violação dos direitos humanos deve prevalecer sobre os interesses comerciais.

- Gab. Press PE



## Correcção

**Na última edição (3 de Setembro de 2008), na convocatória da Distrital de Aveiro, por erro do PL, houve sobreposição entre as direcções (moradas) das estruturas de Sever do Vouga e Vagos, pelo que repetimos esta convocatória, devidamente corrigida e com as nossas desculpas. - PL**

## DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo do artigo 67º dos Estatutos do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Aveiro, dotados de capacidade eleitoral activa, conforme a respectiva Secção de inscrição para reunirem, no próximo dia **10 de Outubro de 2008**, (sexta-feira) pelas **17H00**, nas Secções de

**ÁGUEDA** – Quinta das Oliveiras, nº 13, r/c Esq.  
**ALBERGARIA-A-VELHA** - Rua Padre Matos, Edifício Amazonas, Entrada 4 **ANADIA** – Alameda dos Bombeiros Voluntários

**AROUCA** – Rua António Almeida Brandão, nº 4  
**AVEIRO** – Av. Dr. Lourenço Peixinho, 179, 1º andar

**CASTELO DE PAIVA** – Edifício Sede da Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva – Rua Prof. Egas Moniz

**ESPINHO** – Rua 14 nº 638 – 1º Sala B

**ESTARREJA** – Edifício da Fundação Egas Moniz – Rua Jornal de Estarreja – Freguesia de Beduido

**ÍLHAVO** - Av. 25 de Abril, nº 4

**MEALHADA** – Rua Capitão Cabral, lote 2 nº 14

**MURTOSA** – Av. 29 de Outubro, nº 14 – Pardelhas

**OLIVEIRA DE AZEMEIS** – Rua Soares Bastos

**OLIVEIRA DO BAIRRO** - Rua do Farol, nº 61 – 1º

**OVAR** – Rua Ferreira de Castro, 84 – 1º Esq.

**SANTA MARIA DA FEIRA** – Rua Dos Descobrimientos, 18

**SÃO JOÃO DA MADEIRA** – Av. Dr. Renato Araújo, 182 – Edifício Castilho, Loja CG

**SEVER DO VOUGA** – Rua do Casal

**VAGOS** – Rua Cândido dos Reis, 440 r/c Dtº.

**VALE DE CAMBRA** – Av. Camilo Tavares de Matos, 1º Dtº

com a seguinte  
Ordem de trabalhos:

**Ponto único** – Eleição da Mesa da Assembleia Distrital, da Comissão Permanente, do Conselho De Jurisdição e dos Delegados de Secção à Assembleia Distrital.

Notas:

1 - As urnas estarão abertas, em cada Secção, para a votação, entre as 17H00 e as 23H00, do dia 10 de Outubro de 2008.

2 – As listas de candidatura para os Órgãos Distritais a eleger directamente deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede Distrital, até às 24H00 do dia 7 de Outubro de 2008, encontrando-se a sede aberta para o efeito das 21h00 às 24H00.

3 – As listas candidatas dos Delegados de Secção

deverão ser entregues aos Presidentes das Assembleias de Secção correspondentes, ou a quem estatutariamente os substitua, nos mesmos prazos referidos na nota 2, devendo estar abertas, nos mesmos termos e para os mesmos efeitos as Sedes Concelhias.

4 – Conforme Regulamento Eleitoral (artigo 7º, número 5) os militantes poderão pagar as quotas até ao 10º dia anterior ao da eleição, para terem capacidade eleitoral activa.

5- As candidaturas em listas, as respectivas proposituras, bem como as declarações de aceitação subscritas pelos candidatos e todos os outros aspectos inerentes ao acto eleitoral deverão respeitar os Estatutos e o Regulamento Eleitoral aprovado pelo Conselho Nacional de 02.09.2004.

6 – Chama-se a atenção dos militantes e dos Presidentes das Assembleias de Secção para o facto desta eleição ser um acto complexo, contemplando o sufrágio universal e directo de três Órgãos Distritais, bem como dos Delegados de cada à Assembleia Distrital, pelo que as Secções deverão providenciar quatro urnas para a realização da eleição simultânea dos diversos Órgãos e dos Delegados.

## ABRANTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Abrantes, para reunir no próximo dia **3 de Outubro de 2008**, (sexta-feira) pelas **21H00** na sede concelhia, sita na Rua de S. Pedro, nº 12-1º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1.- Análise da situação política

2 – Apreciação da actividade dos vereadores

3 – Apresentação da actividade da CPS sobre candidaturas autárquicas

4 – Outros assuntos de interesse para a Secção

## BAIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Baião, para reunir no próximo dia **11 de Outubro de 2008**, (sábado), pelas **18h00**, na sede da secção, sita na Rua de Camões – Baião, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Nota: As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede distrital do PSD do Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro, 64-Porto.

As urnas estarão abertas das 18h00 às 20h00.

## ESTRASBURGO/FRANÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Estrasburgo, para reunir no próximo dia **25 de Outubro de 2008**, (sábado) pelas **16H00** na sede do PSD, sita 10, Bld Tauler – 67000 Strasbourg (France), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Eleição da Mesa e Comissão Política do PSD de Estrasburgo

Nota: 1- As listas candidatas, devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua.

2 – As urnas estarão abertas das 16H00 às 18H00.

## ESTUGARDA/ALEMANHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Estugarda, para reunir no próximo dia **11 de Outubro de 2008**, (sábado) pelas **15H00** na sede do PSD, sita Sofienstr,19 – 70180 Stuttgart, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Eleição da Mesa e Comissão Política do PSD de Estugarda

Nota: 1- As listas candidatas devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua.

2 – As urnas estarão abertas das 15H00 às 18H00.

## GUIMARÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Guimarães, para reunir no próximo dia **11 de Outubro de 2008**, (sábado) pelas **18H00** na sede, sita no Largo do Toural, nº.125-1º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção

Nota: As listas candidatas, devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede do PSD (aberta todos os dias entre as 21H00 e as 23H00), ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estarão abertas entre as 18H00 e as 23H00.

## NELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Nelas, para reunir no próximo dia **10 de Outubro de 2008**, (sexta-feira) pelas **17H30** no Edifício Multiusos, sito na Praça do Município, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Nota: As listas candidatas devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estarão abertas entre as 17H30 e as 22H00.

## SÃO JOÃO DA MADEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de S. João da Madeira, para reunir no próximo dia **10 de Outubro de 2008**, (sexta-feira), pelas **17h00**, na sede concelhia sita no Centro Comercial Castilho, Loja CG, na Av. Dr. Renato Araújo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o substitua, na referida sede, até às 24h00 do dia 7 de Outubro de 2008.

As urnas estarão abertas entre as 17h00 e as 23h00.

## SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santa Maria da Feira, para reunir no próximo dia **26 de Setembro de 2008**, (sexta-feira) pelas **21H00** na sede concelhia, sita na Rua dos Descobrimientos, n.º 18, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1.- Informações e Actividades;

2.- Análise da situação política e partidária

## TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Vedras, para reunir no próximo dia **3 de Outubro de 2008**,

(sexta-feira) pelas **22H00** na sede distrital da Área Oeste, sita na Rua 9 de Abril, 1-3º Dtº, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1.- Período antes da ordem do dia
- 2.- Ordem do dia
- 2.1 – Informações
- 2.2 - Análise da situação política actual
3. Outros assuntos.



## Núcleo de Encourados, Barcelos

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se as eleições para o núcleo de Encourados da Secção de Barcelos, para o dia 10 de Outubro de 2008 pelas 19h30, na sede de Junta de Freguesia de Encourados – Barcelos com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Eleição da Comissão Política de Núcleo de Encourados da Secção de Barcelos
- 2- Eleição da Mesa de Plenário de Núcleo de Encourados da Secção de Barcelos

Nota:

- a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto eleitoral da JSD
- b) As urnas estarão abertas das 19h30 às 20h30.

O Presidente da Mesa  
João Miguel Sá

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se as eleições para o núcleo de Negreiros da Secção de Barcelos para o dia 17 de Outubro de 2008, pelas 19h30, na Rua do Monte Porreiro, nº 605 – Negreiros – Barcelos, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Eleição da Comissão Política de Núcleo de Negreiros da Secção de Barcelos
- 2- Eleição da Mesa de Plenário de Núcleo de Negreiros da Secção de Barcelos

Nota:

- a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto eleitoral da JSD.
- b) As urnas estarão abertas das 19h30 às 20h30.

O Presidente da Mesa  
João Miguel Sá

## CONSELHO DISTRITAL de ÉVORA

Ao abrigo do artigo n.º 16º, alínea e) do Regulamento Nacional dos Conselhos Distritais da Juventude Social Democrata e na qualidade de Presidente do Conselho Distrital de Évora convoco o Conselho Distrital Eleitoral de Évora da JSD para reunir no próximo dia 20 de Setembro de 2008 (Sábado) pelas 16h00, na sede distrital, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Preparação e Agendamento da Eleição dos novos órgãos Distritais;
- 3 – Análise da situação política.

## CPS Alcobaca

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis convoca-se o Plenário de Secção de Alcobaca, da JSD, para reunir dia 11 de Outubro de 2008, pelas 16h, na sede do PSD local, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Órgãos da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede do PSD em Alcobaca.

As urnas estarão abertas das 16.00h às 17.00h.

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Alcobaca

## SÃO JOÃO DA MADEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de S. João da Madeira, para uma reunião a realizar no próximo dia 10 de Outubro de 2008, das 17 horas às 23 horas, na Sede do PSD de São João da Madeira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede de Concelhia ou ao Presidente da Mesa do Plenário.

O Presidente da Mesa  
(Pedro Manuel Sousa Neves)



## Núcleos – Lisboa/AML

Ao abrigo do disposto nos Estatutos dos TSD e em conformidade com as disposições constantes do Regulamento Eleitoral dos TSD, nomeadamente nos artigos 3º, 4º, e 15º, destes, convocam-se os

### Núcleos de Empresa:

DGAIEC (Alfândegas), Império Bonança, TAP, ANA, Município de Cascais, Município de Lisboa, Portugal Telecom, CTT, IEFP, Ministério das Finanças, RTP, EDP, CP, Estoril-Sol e Carris.

para reunirem em Assembleia de Núcleo, no dia 16 de Outubro, das 17:00 às 20:00 horas, na Sede Distrital dos TSD, sita na Rua da Junqueira, 209, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição do Secretariado do Núcleo.  
Lisboa, 3 de Setembro de 2008

O Presidente do Secretariado Distrital dos TSD/AML

Álvaro de Sousa Carneiro

**OBS.:** Nos termos das disposições aplicáveis, as listas de candidatos deverão ser apresentadas ao Presidente do Secretariado Distrital ou a quem este vier a delegar, na Rua da Junqueira, nº 209, em Lisboa, até às 22:00 horas do 5º dia útil anterior ao do acto eleitoral (dia 9/10/08).

## Secções – Lisboa -AML

Ao abrigo do disposto nos Estatutos dos TSD e em conformidade com as disposições constantes do

regulamento Eleitoral dos TSD, nomeadamente nos artigos 3º, 4º, e 15º, destes, convocam-se as seguintes

### Secções Laborais:

Aviação Civil, Seguros, Administração Local, Trabalhadores da Educação, Correios e Telecomunicações, Administração Pública, Professores, Comunicação Social, Transportes Marítimos e Administração Portuária, Energia, Petróleo e Gás, Transportes Ferroviários, Comércio, Serviços e Turismo, Construção Civil e Obras Públicas, Enfermeiros, Médicos, Profissionais de Saúde, Química e Farmacêutica, Serviços de Segurança Pública e Transportes Rodoviários

para reunirem em Assembleia de Secção, no dia 16 de Outubro, das 17:00 às 20:00 horas, na Sede Distrital dos TSD, sita na Rua da Junqueira, 209, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição do Secretariado da Secção Laboral a)

Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital b)

Lisboa, 3 de Setembro de 2008

O Presidente Do Secretariado Distrital dos TSD de Lisboa/AML

Álvaro de Sousa Carneiro

OBS.:

a) Nos termos das disposições aplicáveis, as listas de candidatos deverão ser apresentadas ao Presidente do Secretariado Distrital ou a quem este vier a delegar, na Rua da Junqueira, nº 209, em Lisboa, até às 22:00 horas do 5º dia útil anterior ao do acto eleitoral (dia 9/10/08).

b) Ao abrigo dos Estatutos dos TSD, artigo 42º., nº1, alínea d).